



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº 23104.007709/2026-11

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026

UASG: 154054

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 23104.007709/2026-11

OBJETO: Aquisição de Materiais Eletroeletrônicos- Parte II

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R \$ 228.843,81 (duzentos e vinte e oito mil oitocentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos)

DATA DA SESSÃO: 13 de julho de 2026 às 09:30h (horário de Brasília)

LOCAL DE ABERTURA: Portal de Compras do Governo Federal
- <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: SIM (Itens 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 72, 73, 74, 109, 111, 112, 127, 128 e 130)

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: pregao.proadi@ufms.br

SUMÁRIO

1. [DO OBJETO](#)
2. [DO REGISTRO DE PREÇOS](#)
3. [DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)
4. [DO ORÇAMENTO ESTIMADO](#)
5. [DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
6. [DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
7. [DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
8. [DA FASE DE JULGAMENTO](#)
9. [DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
10. [DO TERMO DE CONTRATO](#)
11. [DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)
12. [DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA](#)
13. [DOS RECURSOS](#)

14. [DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)
15. [DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)
16. [DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

Torna-se público que a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por meio da *Secretaria de Licitações da Diretoria de Contratações e Materiais da Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura da UFMS*, sediada na cidade de *Campo Grande/MS*, na *Avenida Costa e Silva, s/n, Cidade Universitária*, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade *PREGÃO*, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a ***Aquisição de materiais eletrônicos - Parte II***, para atendimento às atividades de ensino e pesquisa, através do Sistema de Registro de Preços." conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

1.2.1. *Em caso de divergência entre a Descrição e o Complemento do Item no Termo de Referência, considerar a descrição contida no Complemento.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. *Informações sobre adesão no e-mail: seplac.proadi@ufms.br.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Para todos os itens são de ampla participação.*

3.7. **Não poderão disputar esta licitação:**

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com

poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 3 (três) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução

da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e

empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 3 (três) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. *O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.*

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens **5.3, 5.7 ou 5.9** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **5.14** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. *Valor unitário e total do item;*
- 6.1.2. *Marca;*
- 6.1.3. *Fabricante;*
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. *O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão*

se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1% (um por cento)*.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.
- 7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei

Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas brasileiras;

7.22.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. *Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.*

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24.6.1. *Caso o chat esteja fechado para o licitante e mediante determinação expressa do Pregoeiro durante a sessão pública, o pedido de prorrogação poderá ser enviado através de e-mail indicado pelo Pregoeiro.*

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **3.7** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem

no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por *meio eletrônico, em campo próprio do sistema*.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item **9.12.1**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 (duas horas)**, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **9.12.1**.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. **Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:**

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **3 (três)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **3 (três)** dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **3 (três)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.4.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens [10.2] e [10.3] poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.3.1. *O fornecedor é responsável por efetuar seu cadastro junto ao SEI para assinatura da Ata de Registro de Preços, junto à Secretaria de Celebração e Registro de Contratos e Convênios (secoc.proadi@ufms.br).*

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://proadi.ufms.br/licitacoes/>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame;

14.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens [\[14.1.1\]](#), [\[14.1.2\]](#) e [\[14.1.3\]](#), a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens [\[14.1.5\]](#), [\[14.1.6\]](#), [\[14.1.7\]](#), [\[14.1.8\]](#) e [\[14.1.9\]](#), a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens [\[14.1.1\]](#), [\[14.1.2\]](#) e [\[14.1.3\]](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens [\[14.1.5\]](#), [\[14.1.6\]](#), [\[14.1.7\]](#), [\[14.1.8\]](#) e [\[14.1.9\]](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens [\[14.1.1\]](#), [\[14.1.2\]](#), [\[14.1.3\]](#) e [\[14.1.4\]](#) que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item [\[14.1.4\]](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior,

que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.16 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço eletrônico pregao.proadi@ufms.br.

15.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pelo Pregoeiro.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://proadi.ufms.br/licitacoes/>.

16.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência (ou Projeto Básico) - SEI nº 6408821

16.11.1.1 - Anexo I-A - Termo de Ciência e Concordância - SEI nº 6447717

16.11.1.2 - Anexo I-B - Instrumento Substitutivo ao Contrato - SEI nº 6447729

16.11.2 Anexo II - Estudo Técnico Preliminar - SEI nº 6408554

16.11.3 Anexo III - Modelo de Proposta e Identificação do Licitante - SEI nº 6447753

16.11.4 Anexo IV - Minuta de Ata de Registro de Preços - SEI nº 6447766

16.12 Em cumprimento ao [art. 8º da Lei 14.133 de 2021](#), designo como Agente de Contratação/Pregoeiro(a) para este certame, o(a) Servidor(a) **Helder Nobre de Oliveira Silva**, nomeado(a) pela Portaria nº 812 - RTR de 11 de maio de 2026.

HERCULES DA COSTA SANDIM

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

SECRETARIA DE LICITAÇÕES

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.007709/2026-11

SEI nº 6488452

FUNDACAO UNIVERS.FEDERAL/MS

Termo de Referência 57/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

57/2026

Editado por

154054-FUNDACAO UNIVERS.FEDERAL/MS

FABIANE MELO CARCUCHINSKI OLYMPIO

Atualizado em

13/05/2026 15:42 (v 0.4)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

23104.007709/2026-11

Processo Administrativo

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Materiais Eletroeletrônicos- Parte II nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Aquisição de Materiais Eletroeletrônicos - Parte II							
Item	Código	Descrição	Complemento	Unidade	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
1	444.244	ACESSÓRIO/COMPONENTE ELÉTRICO ELETRÔNICO, TIPO PONTE RETIFICADORA, MATERIAL PLÁSTICO, APLICAÇÃO CONVERSÃO DA TENSÃO AC EM TENSÃO DC, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MONOFÁSICA, QUADRADA, 4 TERMINAIS,TENSÃO MÁX.1000 V	Ponte Retificadora TB1010.	UN	13	R\$ 12,23	R\$ 158,96
2	444.244	ACESSÓRIO/COMPONENTE ELÉTRICO ELETRÔNICO, TIPO PONTE RETIFICADORA, MATERIAL PLÁSTICO, APLICAÇÃO CONVERSÃO DA TENSÃO AC EM TENSÃO DC, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MONOFÁSICA, QUADRADA, 4 TERMINAIS,TENSÃO MÁX.1000 V	Ponte Retificadora W10M.	UN	12	R\$ 1,63	R\$ 19,50
3	410.684	ACESSÓRIO/COMPONENTE ELÉTRICO ELETRÔNICO, TIPO PROTETOR DE TOMADA, MATERIAL PLÁSTICO POLIPROPILENO, COR BRANCA, APLICAÇÃO TOMADA NOVO PADRÃO BRASILEIRO, TIPO FIXAÇÃO ENCAIXE		UN	12	R\$ 1,42	R\$ 17,04

4	400.440	ACESSÓRIO/COMPONENTE ELÉTRICO ELETRÔNICO, TIPO SUPORTE PARA DIODO EMISSOR DE LUZ (LED), MATERIAL PLÁSTICO, DIÂMETRO ROSCA 5 MM, TIPO FIXAÇÃO EM CHASSI, ACESSÓRIOS PORCAS		CX 25.00 UN	4	R\$ 22,78	R\$ 91,10
5	435.920	ADAPTADOR CONECTOR, TIPO CONECTORES HDMI 19 PINOS/ VGA 15 PINOS, APLICAÇÃO VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PEQUENO TIPO TOMADA	Sendo a conexão HDMI fêmea e a conexão VGA macho	UN	30	R\$ 29,46	R\$ 883,88
6	435.920	ADAPTADOR CONECTOR, TIPO CONECTORES HDMI 19 PINOS/ VGA 15 PINOS, APLICAÇÃO VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PEQUENO TIPO TOMADA	Sendo a conexão HDMI Macho e a conexão VGA Fêmea.	UN	30	R\$ 21,67	R\$ 649,95
7	387.200	ADAPTADOR, CONEXÃO ADAPTADOR DE TOMADA TRIPOLAR, APLICAÇÃO ATENDER NOVO PADRÃO BRASILEIRO DE TOMADA, REFERÊNCIA SMS 64119		UN	108	R\$ 13,63	R\$ 1.472,04
8	445.783	ADAPTADOR, CONEXÃO HDMI MACHO X DVI-D FÊMEA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESOLUÇÃO MÍNIMA: 1080P, APLICAÇÃO USO EM VÍDEO	Adaptador HDMI Macho/HDMI Fêmea Gold - 90 Graus	UN	19	R\$ 11,77	R\$ 223,68
9	445.783	ADAPTADOR, CONEXÃO HDMI MACHO X DVI-D FÊMEA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESOLUÇÃO MÍNIMA: 1080P, APLICAÇÃO USO EM VÍDEO	Adaptador HDMI Macho/HDMI Macho Gold - 180 Graus	UN	12	R\$ 15,83	R\$ 189,96
10	445.782	ADAPTADOR, CONEXÃO HDMI MACHO X VGA FÊMEA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESOLUÇÃO MÍNIMA: 1080P, APLICAÇÃO USO EM VÍDEO	Sendo a conexão HDMI Macho e a conexão VGA Fêmea.	UN	24	R\$ 60,83	R\$ 1.459,80
11	407.950	ADAPTADOR, QUANTIDADE PÓLOS 2 P + T, TENSÃO NOMINAL 250 V, TIPO FÊMEA-MACHO, CORRENTE NOMINAL 10 A, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ADAPTADOR DE TOMADA DO NOVO PADRÃO, COR BRANCA, MATERIAL TERMOPLÁSTICO, NORMAS TÉCNICAS NBR 14136	Adaptador "REVERSO" (adaptador tomada padrão Novo para padrão Antigo)	UN	141	R\$ 8,40	R\$ 1.184,40
12	407.950	ADAPTADOR, QUANTIDADE PÓLOS 2 P + T, TENSÃO NOMINAL 250 V, TIPO FÊMEA-MACHO, CORRENTE NOMINAL 10 A, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ADAPTADOR DE TOMADA DO NOVO PADRÃO, COR BRANCA, MATERIAL TERMOPLÁSTICO, NORMAS TÉCNICAS NBR 14136	Adaptador tomada padrão Antigo para padrão Novo.	UN	146	R\$ 13,62	R\$ 1.988,52

13	382.980	ADAPTADOR, TIPO FÊMEA-FÊMEA, APLICAÇÃO USO EM AUDIO, MATERIAL METÁLICO, CONECTOR XLR	PLUGUE XLR FÊMEA , CONECTOR DE LINHA, 3 PINOS, METAL, CAPA PLÁSTICA DE ALTA RESISTÊNCIA E PRENSA CABO. POSSUI CLAMP TIPO GARRA PARA PRENDER O CABO. ACABAMENTO NIQUELADO, CONTATOS ZINCO, CONECTORES COM ENCAIXE PARA SOLDA, SISTEMA DE JAWS DE RETENÇÃO DO CABO, MONTAGEM RÁPIDA SEM CHAVE DE FENDA, DIMENSÃO (AXLXP) (2X2X8CM), PESO 0,04 KG.	UN	12	R\$ 36,81	R\$ 441,69
14	389.986	ADAPTADOR, TIPO MACHO-FÊMEA, APLICAÇÃO USO EM VÍDEO, MATERIAL METÁLICO, CONECTOR DVI-HDMI		UN	24	R\$ 16,20	R\$ 388,80
15	436.239	ADAPTADOR, TIPO P3 (P2 COMBO), CONEXÃO P2 ESTÉRIO X 2 JACK J2, APLICAÇÃO FONE MICROFONE HEADSET, MATERIAL METAL DOURADO		UN	26	R\$ 15,32	R\$ 398,26
16	393.760	AMPLIFICADOR OPERACIONAL, REFERÊNCIA LM 301, TENSÃO SAÍDA +15/-15 V		UN	12	R\$ 5,34	R\$ 64,08
17	300.120	AMPLIFICADOR OPERACIONAL, REFERÊNCIA LM 311, APLICAÇÃO MANUTENÇÃO ELETRO- ELETRÔNICA		UN	72	R\$ 3,25	R\$ 234,18
18	375.007	AMPLIFICADOR OPERACIONAL, REFERÊNCIA TL074, ENCAPSULAMENTO DIP, NÚMERO PINOS 14		UN	12	R\$ 2,77	R\$ 33,18
19	349.213	AMPLIFICADOR OPERACIONAL, REFERÊNCIA TL084, ENCAPSULAMENTO DIP, NÚMERO PINOS 14		UN	12	R\$ 2,61	R\$ 31,32
20	397.401	APRESENTADOR MULTIMÍDIA, DISTÂNCIA MÍNIMA 15 M, FREQUÊNCIA 2,4 GHZ, COMPATIBILIDADE WINDOWS 2000/XP/VISTA/7, MAC OS, LINUX, FONTE ALIMENTAÇÃO 2 PILHAS AAA	Design ergonômico; Dimensões aproximadas do produto AxLxP: 14x3x21cm; Peso líquido aproximado do produto: 170g	UN	40	R\$ 50,72	R\$ 2.028,80
21	626.107	APRESENTADOR MULTIMÍDIA, DISTÂNCIA MÍNIMA 20 M, FREQUÊNCIA 2,4 GHZ, COMPATIBILIDADE WINDOWS 10 OU SUPERIOR, FONTE ALIMENTAÇÃO BATERIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SENSOR DE ACELERÔMETRO 3D E GIROSCÓPIO, CONEXÃO USB	Vida útil da bateria (recarregável): 3 meses Detalhes da pilha: Polímero de lítio recarregável, 85 mAh	UN	18	R\$ 122,81	R\$ 2.210,63
22	336.375	ARAME, MATERIAL NÍQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	Arame Niquel/Cromo 80/20 - diâmetro 0,02 mm (ou AWG 51)	KG	2	R\$ 947,98	R\$ 1.895,95

23	336.375	ARAME, MATERIAL NÍQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	Arame Niquel/Cromo 80/20 - diâmetro 0,05 mm (ou AWG 44)	KG	2	R\$ 1.220,00	R\$ 2.440,00
24	336.375	ARAME, MATERIAL NÍQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	Arame Niquel/Cromo 80/20 - diâmetro 0,08 mm (ou AWG40)	KG	2	R\$ 1.545,00	R\$ 3.090,00
25	336.375	ARAME, MATERIAL NÍQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	Arame Niquel/Cromo 80/20 - diâmetro 0,1 mm (ou AWG38)	KG	2	R\$ 926,08	R\$ 1.852,16
26	336.375	ARAME, MATERIAL NÍQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	Arame Níquel/Cromo 80/20 - diâmetro 0,2 mm (ou AWG32)	M	120	R\$ 3,49	R\$ 419,20
27	336.375	ARAME, MATERIAL NÍQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	Arame Níquel/Cromo 80/20 - diâmetro 0,32 mm (ou AWG28)	KG	2	R\$ 645,25	R\$ 1.290,49
28	238.296	BATERIA AUTOMOTIVA, VOLTAGEM 12 VOLT, CAPACIDADE 60 A/H		UN	12	R\$ 476,45	R\$ 5.717,34
29	401.345	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EM GERAL, SISTEMA ELETROQUÍMICO ALCALINA, TENSÃO NOMINAL 1,5 V, MODELO LR1130/AG10, CAPACIDADE NOMINAL 70 MAH, FORMATO MOEDA		UN	90	R\$ 0,46	R\$ 41,40
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				
30	356.731	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO LITHIUM, TENSÃO NOMINAL 3 V, MODELO CR-2025		EMB 5.00 UN	38	R\$ 11,98	R\$ 455,05
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				
31	345.018	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO LITHIUM, TENSÃO NOMINAL 3 V, MODELO CR-2032		EMB 10.00 UN	72	R\$ 11,38	R\$ 819,54
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				
32	302.573	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, TIPO ALCALINA, VOLTAGEM 1,50 V, APLICAÇÃO TERMÔMETRO DIGITAL "FLELIBLE B-D", CARACTERÍSTICAS		UN	84	R\$ 0,82	R\$ 69,09

		ADICIONAIS FORMATO EM PASTILHA, LR41/ ÓXIDO DE PRATA					
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				
33	234.354	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, TIPO ALCALINA, VOLTAGEM 9 V, APLICAÇÃO APARELHO ELETRO-ELETRÔNICO	cátodo de Alto Desempenho, Supercondutores de grafite e dióxido de ultra pura manganês (MnO2) .	UN	294	R\$ 35,86	R\$ 10.542,84
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				
34	234.354	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, TIPO ALCALINA, VOLTAGEM 9 V, APLICAÇÃO APARELHO ELETRO-ELETRÔNICO		UN	85	R\$ 17,36	R\$ 1.475,60
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				
35	482.036	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, TIPO BOTÃO, TENSÃO NOMINAL 1,5 VCC, MODELO LR44, CAPACIDADE NOMINAL 120 MAH		UN	103	R\$ 1,15	R\$ 118,45
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				
36	397.132	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, TIPO BUTTON CELL, APLICAÇÃO CALCULADORA HP-12C, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SECA/ REFERÊNCIA LR-44, SISTEMA ELETROQUÍMICO ALCALINA, TENSÃO NOMINAL 1,5 V		EMB 6.00 UN	28	R\$ 19,50	R\$ 546,00
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				
37	313.900	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, TIPO LITHIUM, VOLTAGEM 3,6 V, APLICAÇÃO SENSOR INFRAVERMELHO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MODELO LS 14250		UN	18	R\$ 78,03	R\$ 1.404,45
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				

38	622.736	BATERIA RECARREGÁVEL, APLICAÇÃO 1 CÂMERAS SONY, REFERÊNCIA BP-95W V, SISTEMA ELETROQUÍMICO LITHIUM-ION, TENSÃO NOMINAL 14,8 V, CAPACIDADE NOMINAL 1 6.600 MAH	Bateria Recarregável Original para Câmera Canon Modelo LP-E6, dc 7,2V, 1800 mAh, íon de lítio, 13Wh	UN	3	R\$ 964,05	R\$ 2.892,14
39	465.782	BATERIA RECARREGÁVEL, APLICAÇÃO FILMADORA PROFISSIONAL, DURAÇÃO CARGA 6 H, REFERÊNCIA BP-U90, SISTEMA ELETROQUÍMICO LITHIUM-ION, POTÊNCIA 85 W/H, TENSÃO NOMINAL 14,4 VCC	Bateria Np-f570 Para Sony Capacidade: 2200mAh	UN	5	R\$ 158,18	R\$ 790,89
40	434.685	BATERIA RECARREGÁVEL, MODELO LP-E10, SISTEMA ELETROQUÍMICO LITON ION, CAPACIDADE NOMINAL 1,5 AH, POTÊNCIA 11,1 W/H, DIMENSÕES 5 X 3,6 X 1,5 CM, TENSÃO NOMINAL 7,4 V, APLICAÇÃO 1 CÂMERA DIGITAL CANON	Bateria LP-E17 para Câmera EOS Rebel T6i da marca CANON: Amperagem: 1040.00 mAh; Material: Lítio-Íon; Voltagem de saída: 7.2V	UN	2	R\$ 606,08	R\$ 1.212,15
41	443.611	BATERIA RECARREGÁVEL, MODELO NP-F970, CAPACIDADE NOMINAL 2000 MAH, TENSÃO NOMINAL 9,6 V, APLICAÇÃO 1 FLASH SPEEDLITE		UN	3	R\$ 248,48	R\$ 745,43
42	333.185	BATERIA RECARREGÁVEL, TENSÃO 9 V, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	Bateria LiPo - 3s. 2200 mah ou superior - 11.1v, conector TX60	UN	14	R\$ 248,24	R\$ 3.475,40
43	333.185	BATERIA RECARREGÁVEL, TENSÃO 9 V, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	Bateria para Drone Agrícola SenseFly eBee, modelo RTK, com 3 células, com capacidade de 2150 mAh, tensão de 11,1 V, e capacidade de 24 Wh, e COM CONECTOR MPX universal de 6 vias.	UN	3	R\$ 1.295,85	R\$ 3.887,56
44	333.185	BATERIA RECARREGÁVEL, TENSÃO 9 V, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	Baterias externas tipo power bank de mínimo 10.000 mah, com saída usb.	UN	33	R\$ 134,01	R\$ 4.422,41
45	409.106	BATERIA RECARREGÁVEL, TIPO ESTACIONÁRIA E SELADA, APLICAÇÃO NO BREAK, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NÃO EXALE GASES, SISTEMA ELETROQUÍMICO CHUMBO-ÁCIDO, CAPACIDADE NOMINAL 7,2 AH, TENSÃO NOMINAL 12 V	De acordo com as normas ABNT NBR 14204:2019.	UN	42	R\$ 134,41	R\$ 5.645,33
46	328.701	BATERIA RECARREGÁVEL, TIPO SELADA, TENSÃO 12 V, APLICAÇÃO PAINEL SOLAR, PESO 9,2 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONECTOR DE ENCAIXA RÁPIDO, SISTEMA ELETROQUÍMICO CHUMBO-ÁCIDO, CAPACIDADE NOMINAL 24 AH, DIMENSÕES (AXLXC) 125 X	Bateria Estacionaria 12 Volts, 150 A para Paine Solar	UN	4	R\$ 2.399,26	R\$ 9.597,05

47	438.276	BATERIA RECARREGÁVEL, TIPO SELADA VRLA(REGULADAS POR VÁLVULAS), USO NOBREAK, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TENSÃO FLUTUAÇÃO DE 13,5V, SISTEMA ELETROQUÍMICO CHUMBO-ÁCIDO, CAPACIDADE NOMINAL 7 AH, DIMENSÕES (CXLXA S/TERMINAL) 151 X 65 X		UN	24	R\$ 127,06	R\$ 3.049,50
48	435.068	BATERIA RECARREGÁVEL, TIPO SELADA VRLA(REGULADAS POR VÁLVULAS), USO NOBREAK, SISTEMA ELETROQUÍMICO CHUMBO-ÁCIDO, CAPACIDADE NOMINAL 5 AH, DIMENSÕES 94 X 151 X 65 MM	DIMENSÕES 90 X 70 X 100 MM	UN	3	R\$ 93,67	R\$ 281,00
49	440.963	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO, COR AMARELO, DIÂMETRO INTERNO 2 MM, APLICAÇÃO PINO BANANA, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO > 300.000MOHM A 500VCC 25 C 70% U.R., RIGIDEZ DIELETRICA 2000 VRMS, CORRENTE NOMINAL 10 A, MATERIAL	Borne para Pino Banana 4mm B19 Amarelo 20A. Características: Borne: Ø 4 mm. Isolação em Polipropileno. Bucha em Latão. Acabamento Superficial Niquelado, Terminal estanhado. Especificações Técnicas: Resistência de Isolamento:> 300.000 M ohm a 500 Vcc 25 °C 70 % U. R. Resistência de Contato Inicial máx.: 1m ohm Rigidez Dielétrica Típica: 2000 VRMS. Corrente Nominal: 20 A	UN	12	R\$ 11,74	R\$ 140,91
50	440.958	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO, COR AZUL, DIÂMETRO INTERNO 2 MM, APLICAÇÃO PINO BANANA, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO > 300.000MOHM A 500VCC 25 C 70% U.R., RIGIDEZ DIELETRICA 2000 VRMS, CORRENTE NOMINAL 10 A, MATERIAL		UN	252	R\$ 7,20	R\$ 1.815,03
51	393.980	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO, COR AZUL, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO PINO BANANA, RIGIDEZ DIELETRICA 2000 VRMS, CORRENTE NOMINAL 10 A, MATERIAL ISOLAMENTO POLIPROPILENO, ACABAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO		UN	12	R\$ 8,20	R\$ 98,34
52	440.961	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO, COR PRETO, DIÂMETRO INTERNO 2 MM, APLICAÇÃO PINO BANANA, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO > 300.000MOHM A 500VCC 25 C 70% U.R., RIGIDEZ DIELETRICA 2000 VRMS, CORRENTE NOMINAL 10 A, MATERIAL	Borne para Pino Banana 4mm B19 Preto 20A. Características: Borne: Ø 4 mm. Isolação em Polipropileno. Bucha em Latão. Acabamento Superficial Niquelado, Terminal estanhado. Especificações Técnicas: Resistência de Isolamento:> 300.000 M ohm a 500 Vcc 25 °C 70 % U. R. Resistência de Contato Inicial máx.: 1m ohm Rigidez Dielétrica Típica: 2000 VRMS. Corrente Nominal: 20 A	UN	12	R\$ 9,99	R\$ 119,88

53	440.959	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO, COR VERDE, DIÂMETRO INTERNO 2 MM, APLICAÇÃO PINO BANANA, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO > 300.000MOHM A 500VCC 25 C 70% U.R., RIGIDEZ DIELETRICA 2000 VRMS, CORRENTE NOMINAL 10 A, MATERIAL		UN	252	R\$ 6,21	R\$ 1.564,29
54	440.962	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO, COR VERMELHO, DIÂMETRO INTERNO 2 MM, APLICAÇÃO PINO BANANA, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO > 300.000MOHM A 500VCC 25 C 70% U.R., RIGIDEZ DIELETRICA 2000 VRMS, CORRENTE NOMINAL 10 A, MATERIAL	Cabo 90cm, Pino Banana bitola 2mm com Derivação x Protoboard 0,8mm Vermelho. Características dos pinos Pino: Ø 2 mm Isolação: Termoplastico - Bucha: Latão Niquelado Especificações Técnicas: Resistência de Isolamento:> 300.000 M ohm a 500 Vcc 25 °C 70 % U.R. Resistência de Contato Inicial máx.: 1m ohm Rigidez Dielétrica Típica: 2000 VRMS Corrente Nominal: 10 A Pino: Ø 2 mm E 0,8 mm com Derivação Axial - Reaproveitáveis - montagem em cabos extra flexível 0,25 mm para Prot-O-Board.	UN	12	R\$ 14,22	R\$ 170,67
55	421.783	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO, COR VERMELHO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO PINO BANANA, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO > 300.000MOHM A 500VCC 25 C 70% U.R., RIGIDEZ DIELETRICA 2000 VRMS, CORRENTE NOMINAL 25 A, MATERIAL		UN	192	R\$ 32,94	R\$ 6.324,48
56	316.218	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO ESTANHADO, COR PRETO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELÉTRICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO POLOPAS, RESISTÊNCIA CONTATO MÁXIMO 1 MOHM, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO 100000 A 500VCC 25 C 70% U.R.		UN	192	R\$ 8,15	R\$ 1.564,80
57	316.219	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO ESTANHADO, COR VERMELHO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELÉTRICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO POLOPAS, RESISTÊNCIA CONTATO MÁXIMO 1 MOHM, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO 100000 A 500VCC	Borne Grande para Pino Banana, diâmetro interno 4mm B10, Cor PRETO, 25A, (Comprimento 54,5mm), Ângulo do Conector 180°	UN	182	R\$ 33,57	R\$ 6.108,83
58	316.219	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO ESTANHADO, COR VERMELHO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELÉTRICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO POLOPAS, RESISTÊNCIA CONTATO MÁXIMO 1 MOHM, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO 100000 A 500VCC	Borne Grande para Pino Banana, diâmetro interno 4mm B10, Cor VERMELHO, 25A, (Comprimento 54,5 mm), Ângulo do Conector 180°	UN	182	R\$ 33,65	R\$ 6.123,85

59	316.219	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO ESTANHADO, COR VERMELHO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELÉTRICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO POLOPAS, RESISTÊNCIA CONTATO MÁXIMO 1 MOHM, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO 100000 A 500VCC		UN	11	R\$ 7,80	R\$ 85,80
60	399.341	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO NIQUELADO, TIPO KF-301, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PARAFUSOS EM AÇO ZINCADO, RIGIDEZ DIELETRICA 2000 VCA, CORRENTE NOMINAL 10 A, TENSÃO NOMINAL 250 VCA, QUANTIDADE	Borne KF-128 2 terminais 180 Graus	UN	72	R\$ 1,43	R\$ 103,14
61	399.343	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO NIQUELADO, TIPO KF-301, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, RIGIDEZ DIELETRICA 2000 VCA, CORRENTE NOMINAL 10 A, TENSÃO NOMINAL 250 VCA, QUANTIDADE TERMINAIS 3, MATERIAL ISOLAMENTO POLIESTER UL94 V-0	Borne KF-128 3 terminais 180 Graus	UN	72	R\$ 2,17	R\$ 155,88
62	268.754	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO METÁLICO, TIPO FÊMEA, COR PRETO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		UN	12	R\$ 4,11	R\$ 49,29
63	268.753	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO METÁLICO, TIPO FÊMEA, COR VERDE, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		UN	12	R\$ 3,16	R\$ 37,95
64	268.755	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO METÁLICO, TIPO FÊMEA, COR VERMELHO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PROTEÇÃO EM PLÁSTICO	Borne para Pino Banana 4mm B19 Vermelho 20A. Características: Borne: Ø 4 mm. Isolação em Polipropileno. Bucha em Latão. Acabamento Superficial	UN	12	R\$ 15,06	R\$ 180,75
65	369.538	BORNE TERMINAL, TIPO KRE, APLICAÇÃO CIRCUITO IMPRESSO, QUANTIDADE TERMINAIS 2	Borne CBM 02 Cinza 2 Terminais. Alojamento termoplastico reforçado com fibra de vidro UL94 HB, terminal de latão estanhado, borne aço bicromatizado, rigidez dielétrica 3000 Vca/Min, corrente nominal 10A Máx, secção máx do fio max 2,5mm, temperatura de utilização -25 C a + 90 C	UN	12	R\$ 1,85	R\$ 22,20
66	437.013	BORNE TERMINAL, TIPO KRE, APLICAÇÃO CIRCUITO IMPRESSO, QUANTIDADE TERMINAIS 3	Adaptador Borne de Alimentação Para Plug P4 2,1mm - FL-01.	UN	12	R\$ 2,86	R\$ 34,35

67	437.013	BORNE TERMINAL, TIPO KRE, APLICAÇÃO CIRCUITO IMPRESSO, QUANTIDADE TERMINAIS 3	Borne 2EDGK-5,0 Fêmea 2 terminais.	UN	12	R\$ 2,24	R\$ 26,91
68	437.013	BORNE TERMINAL, TIPO KRE, APLICAÇÃO CIRCUITO IMPRESSO, QUANTIDADE TERMINAIS 3	Borne 2EDGK-5,0 Fêmea 3 terminais	UN	72	R\$ 3,12	R\$ 224,28
69	437.013	BORNE TERMINAL, TIPO KRE, APLICAÇÃO CIRCUITO IMPRESSO, QUANTIDADE TERMINAIS 3	Borne 2EDGK-5,0 Fêmea 3 Terminais. 250V AC. 10 A	UN	72	R\$ 2,19	R\$ 157,68
70	437.013	BORNE TERMINAL, TIPO KRE, APLICAÇÃO CIRCUITO IMPRESSO, QUANTIDADE TERMINAIS 3	Borne 2EDGVC-5,0 Macho 180 Graus 2 terminais	UN	72	R\$ 1,74	R\$ 125,10
71	437.013	BORNE TERMINAL, TIPO KRE, APLICAÇÃO CIRCUITO IMPRESSO, QUANTIDADE TERMINAIS 3	Borne 2EDGVC-5,0 Macho 180 Graus 3 terminais	UN	72	R\$ 1,78	R\$ 128,34
72	366.110	BOTÃO COMANDO, APLICAÇÃO SISTEMA PNEUMÁTICO, TIPO INDUSTRIAL, COR PRETA, FORMATO RETANGULAR, KNOB, MATERIAL ARO METAL CROMADO, DIÂMETRO FUROS FIXAÇÃO 30,5 MM	Knob para eixo Estriado - COR AMARELA Medidas Externas Altura: 19 mm Diâmetro: 14 mm Profundidade: 15 mm	UN	24	R\$ 2,88	R\$ 69,12
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8536.50.90				
73	366.110	BOTÃO COMANDO, APLICAÇÃO SISTEMA PNEUMÁTICO, TIPO INDUSTRIAL, COR PRETA, FORMATO RETANGULAR, KNOB, MATERIAL ARO METAL CROMADO, DIÂMETRO FUROS FIXAÇÃO 30,5 MM	Knob para eixo Estriado - COR AZUL Medidas Externas Altura: 19 mm Diâmetro: 14 mm Profundidade: 15 mm	UN	24	R\$ 3,11	R\$ 74,58
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8536.50.90				
74	366.110	BOTÃO COMANDO, APLICAÇÃO SISTEMA PNEUMÁTICO, TIPO INDUSTRIAL, COR PRETA, FORMATO RETANGULAR, KNOB, MATERIAL ARO METAL CROMADO, DIÂMETRO FUROS FIXAÇÃO 30,5 MM	Knob para eixo Estriado - COR VERMELHA Medidas Externas Altura: 19 mm Diâmetro: 14 mm Profundidade: 15 mm	UN	24	R\$ 3,61	R\$ 86,58
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8536.50.90				

75	409.537	BRAÇADEIRA ELETRODUTO, MATERIAL NYLON, COR PRETA, COMPRIMENTO 100 MM, LARGURA 2,5 MM, REFERÊNCIA FABRICANTE HELLERMANN INSULOK T18R, CARGA RUPTURA 80 N, DIÂMETRO AMARRAÇÃO 22 MM		CX 100.00 UN	64	R\$ 6,95	R\$ 444,80
76	409.537	BRAÇADEIRA ELETRODUTO, MATERIAL NYLON, COR PRETA, COMPRIMENTO 100 MM, LARGURA 2,5 MM, REFERÊNCIA FABRICANTE HELLERMANN INSULOK T18R, CARGA RUPTURA 80 N, DIÂMETRO AMARRAÇÃO 22 MM		CX 50.00 UN	6	R\$ 3,56	R\$ 21,33
77	238.494	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,	COR AMARELO, MATERIAL COBRE ESTANHADO	RO 100.00 M	6	R\$ 148,12	R\$ 888,74
78	238.494	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,	COR AZUL, MATERIAL COBRE ESTANHADO	RO 100.00 M	6	R\$ 162,70	R\$ 976,19
79	238.494	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,	COR BRANCO, MATERIAL COBRE ESTANHADO	RO 100.00 M	6	R\$ 150,78	R\$ 904,70
80	238.494	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,	COR CINZA, MATERIAL COBRE ESTANHADO	RO 100.00 M	6	R\$ 156,68	R\$ 940,08
81	238.494	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,	COR MARROM, MATERIAL COBRE ESTANHADO	RO 100.00 M	6	R\$ 149,26	R\$ 895,55

82	238.494	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,	COR PRETA, MATERIAL COBRE ESTANHADO	RO 100.00 M	6	R\$ 167,77	R\$ 1.006,64
83	238.494	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,	COR ROXO, MATERIAL COBRE ESTANHADO	RO 100.00 M	6	R\$ 147,24	R\$ 883,43
84	238.494	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,	COR VERDE, MATERIAL COBRE ESTANHADO	RO 100.00 M	6	R\$ 151,12	R\$ 906,72
85	238.495	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR VERMELHA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,	COBRE ESTANHADO.	RO 100.00 M	12	R\$ 148,31	R\$ 1.779,72
86	366.433	CABO ÁUDIO E VÍDEO, APLICAÇÃO INSTRUMENTOS/MESA DE SOM, COMPRIMENTO 5 M, CONECTORES P10-P10 ESTÉREO		UN	12	R\$ 71,76	R\$ 861,12
87	302.430	CABO ÁUDIO E VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS C/ BLINDAGEM EXTERNA; MALHA E BLINDAGEM EM FOLHA, BITOLA CABO 22 AWG	Cabo de 0.30mm²/22AWG. Balanceado com liga de cobre OFHC com blindagem trançada e fita de alumínio . Com plugs P10(macho/estéreo)/P2 (macho/estéreo) - 6 metros.	UN	6	R\$ 87,68	R\$ 526,10
88	302.430	CABO ÁUDIO E VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS C/ BLINDAGEM EXTERNA; MALHA E BLINDAGEM EM FOLHA, BITOLA CABO 22 AWG	Cabo de 0.30mm²/22AWG. Balanceado com liga de cobre OFHC com blindagem trançada e fita de alumínio. Com plugs P10 (macho/mono)/XLR(fêmea) niquelado - 10 Metros	UN	12	R\$ 78,26	R\$ 939,09
89	302.430	CABO ÁUDIO E VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS C/ BLINDAGEM EXTERNA; MALHA E BLINDAGEM EM FOLHA, BITOLA CABO 22 AWG	Cabo de 0.30mm²/22AWG. Balanceado com liga de cobre OFHC com blindagem trançada e fita de alumínio. Com plugs XLR(fêmea)/XLR(macho) niquelado - 7 Metros	UN	26	R\$ 81,63	R\$ 2.122,25

90	433.632	CABO ÁUDIO E VÍDEO, MATERIAL CONDUTOR COBRE, APLICAÇÃO TRANSMISSÃO DADOS ATÉ 10,8GB/S, TIPO CABO DISPLAYPORT, COMPRIMENTO 1,8 M, CONECTORES RBR, HBR, HBR2, DISPLAYPORT 1.1, QUANTIDADE PINOS 20	Conectores Displayport Macho X 20 pinos internos, suporta 144HZ, com Plug and Play, trava de segurança, áudio digital sem compressão e sinal de vídeo em alta definição, compatível com placa de vídeo, notebook, pc, tvbox, projetor, monitor, TVs. Comprimento: 1,50 Metro.	UN	28	R\$ 38,07	R\$ 1.065,96
91	444.436	CABO ÁUDIO E VÍDEO, MATERIAL CONDUTOR COBRE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BALANCEADO, COMPRIMENTO 25 M, CONECTORES XLR FÊMEA-XLR MACHO		RO 50.00 M	3	R\$ 350,68	R\$ 1.052,03
92	628.181	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TENSÃO ISOLAMENTO 500 V, TIPO PP, COR DA COBERTURA PRETA, FORMAÇÃO DO CABO 2 X 1,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE, MATERIAL ISOLAMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA	CABO ELÉTRICO PP 2 X 2,5 MM	RO 100.00 M	4	R\$ 596,54	R\$ 2.386,14
93	419.878	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, NORMAS TÉCNICAS NBR-6148, NBR 6245, NBR-6812 E NBR-6880, TÊMPERA CONDUTOR MOLE, COR DA COBERTURA VERDE, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE ELETROLÍTICO, MATERIAL	"Cor Da Cobertura: Verde Seção Nominal: 1,5 MM2"	RO 100.00 M	6	R\$ 155,32	R\$ 931,92
94	471.952	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, TIPO ANTI-CHAMA, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO ELÉTRICA, COR DA COBERTURA BRANCA, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE, MATERIAL COBERTURA PVC ANTI-CHAMA	Branco, Seção Nominal: 1,5 MM2	RO 100.00 M	18	R\$ 169,24	R\$ 3.046,28
95	471.952	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, TIPO ANTI-CHAMA, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO ELÉTRICA, COR DA COBERTURA BRANCA, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE, MATERIAL COBERTURA PVC ANTI-CHAMA	Branco, Seção Nominal: 2,5 MM2	RO 100.00 M	19	R\$ 244,81	R\$ 4.651,30
96	471.953	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, TIPO ANTI-CHAMA, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO ELÉTRICA, COR DA COBERTURA VERMELHA, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE, MATERIAL COBERTURA PVC ANTI-CHAMA		RO 100.00 M	16	R\$ 237,82	R\$ 3.805,04
97	636.165	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TIPO ANTI-CHAMA, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO ELÉTRICA, TÊMPERA CONDUTOR MOLE CLASSE 5, COR DA COBERTURA AZUL, FORMAÇÃO DO CABO 1 X 2,5	Cabo Flexível Emborrachado para Multiteste, 0,25mm, cor Preto		5	R\$ 162,46	R\$ 812,30

		MM2, TENSÃO ISOLAMENTO 720 V, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR		RO 100.00 M			
98	636.165	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TIPO ANTI-CHAMA, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO ELÉTRICA, TÊMPERA CONDUTOR MOLE CLASSE 5, COR DA COBERTURA AZUL, FORMAÇÃO DO CABO 1 X 2,5 MM2, TENSÃO ISOLAMENTO 720 V, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR	Cabo Flexível Emborrachado para Multiteste, 0,25mm, cor Vermelho	RO 100.00 M	5	R\$ 205,84	R\$ 1.029,18
99	390.325	CABO EXTENSOR, TIPO BLINDADO PONTAS DOURADAS, TIPO SAÍDA HDMI MACHO X HDMI MACHO 19 PINOS, COMPRIMENTO 10 M, APLICAÇÃO MONITOR DE VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESOLUÇÃO 1080P, 1080I, 720P, 480 E 480I COMPATÍV E	.	UN	8	R\$ 66,15	R\$ 529,18
100	390.325	CABO EXTENSOR, TIPO BLINDADO PONTAS DOURADAS, TIPO SAÍDA HDMI MACHO X HDMI MACHO 19 PINOS, COMPRIMENTO 10 M, APLICAÇÃO MONITOR DE VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESOLUÇÃO 1080P, 1080I, 720P, 480 E 480I COMPATÍV E	COM FILTRO DE FERRITE	UN	15	R\$ 74,49	R\$ 1.117,35
101	411.424	CABO EXTENSOR, TIPO BLINDADO PONTAS DOURADAS, TIPO SAÍDA HDMI MACHO X HDMI MACHO, COMPRIMENTO 20 M, APLICAÇÃO MONITOR DE VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM FILTRO NAS DUAS PONTAS, RESOLUÇÃO 1080P, 720P		UN	21	R\$ 151,33	R\$ 3.177,93
102	447.093	CABO EXTENSOR, TIPO BLINDADO REFORÇADO, TIPO SAÍDA HDMI MACHO X HDMI MACHO 19 PINOS, COMPRIMENTO 10 M, APLICAÇÃO PROJETO MULTIMÍDIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO COM FILTRO, PADRÃO HDMI 2.0, MATERIAL CONDUTOR PINOS BANHADOS	Cabo HDMI 2.0 Ultra HD 4K@50/60. Macho-Macho. tamanho 10 metros.	RO 10.00 M	24	R\$ 79,23	R\$ 1.901,40
103	447.093	CABO EXTENSOR, TIPO BLINDADO REFORÇADO, TIPO SAÍDA HDMI MACHO X HDMI MACHO 19 PINOS, COMPRIMENTO 10 M, APLICAÇÃO PROJETO MULTIMÍDIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO COM FILTRO, PADRÃO HDMI 2.0, MATERIAL CONDUTOR PINOS BANHADOS	Cabo HDMI 2.0 Ultra HD 4K@50/60. Macho-Macho. tamanho 10 metros.	PC 1.00 UN	12	R\$ 83,30	R\$ 999,60

104	447.093	CABO EXTENSOR, TIPO BLINDADO REFORÇADO, TIPO SAÍDA HDMI MACHO X HDMI MACHO 19 PINOS, COMPRIMENTO 10 M, APLICAÇÃO PROJETO MULTIMÍDIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO COM FILTRO, PADRÃO HDMI 2.0, MATERIAL CONDUTOR PINOS BANHADOS	Cabo HDMI 2.0 Ultra HD 4K@50/60. Macho-Macho. tamanho 20 metros.	RO 20.00 M	36	R\$ 231,75	R\$ 8.342,91
105	447.093	CABO EXTENSOR, TIPO BLINDADO REFORÇADO, TIPO SAÍDA HDMI MACHO X HDMI MACHO 19 PINOS, COMPRIMENTO 10 M, APLICAÇÃO PROJETO MULTIMÍDIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO COM FILTRO, PADRÃO HDMI 2.0, MATERIAL CONDUTOR PINOS BANHADOS	Cabo HDMI 2.0 Ultra HD 4K@50/60. Macho-Macho. tamanho 5 metros.	UN	24	R\$ 39,55	R\$ 949,14
106	601.778	CABO EXTENSOR, TIPO EXTENSOR HDMI, TIPO SAÍDA MACHO/MACHO, COMPRIMENTO 5 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS HDMI, 2.0, 19 PINOS, RESOLUÇÃO 4K		UN	27	R\$ 28,62	R\$ 772,61
107	448.723	CABO EXTENSOR, TIPO FLEXÍVEL, TIPO SAÍDA HDMI MACHO X HDMI MACHO 19 PINOS, COMPRIMENTO 15 M, APLICAÇÃO MULTIMÍDIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESOLUÇÃO: 480I, 480P, 720P, 1080I E 1080P	Cabo HDMI 2.0 Ultra HD 4K@50/60. Macho-Macho. tamanho 15 metros.	UN	61	R\$ 142,83	R\$ 8.712,48
108	434.366	CABO EXTENSOR, TIPO SAÍDA HDMI TIPO A MACHO X HDMI TIPO A MACHO, COMPRIMENTO 3 M, APLICAÇÃO ÁUDIO E VÍDEO INCL.DOLBY TRUEHD AND DTS-HD;MASTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SUPORTA QQ RESOLUÇÃO INCL.1080P ATÉ 4K	Cabo HDMI 2.0 Ultra HD 4K@50/60. Macho-Macho. Tamanho 3 metros	RO 3.00 M	24	R\$ 27,20	R\$ 652,74
109	427.776	CIRCUITO INTEGRADO, APLICAÇÃO MONTAGEM CIRCUITO ELETRÔNICO, TIPO MICROCONTROLADOR, TENSÃO	PLACA RASPBERRY PI MODEL B+ BOARD SoC Broadcom BCM2835 - CPU com núcleo ARM1176JZF-S de 700MHz - GPU Broadcom VideoCore IV - 512MB RAM - Saída de vídeo via Composite (PAL e NTSC), HDMI ou Raw LCD (DSI) - Saída de áudio via conector de 3,5mm ou Audio sobre HDMI - Armazenamento: MicroSD - Ethernet 10/100 (RJ45) - Dimensões: 85 x 56 x 17mm - Supports Debian GNU/Linux, Fedora, Arch Linux, RISC OS e mais! Dois reguladores de tensão (step-down) para 3,3V e 1,8V - Tensão de 5V com proteção de	UN	14		

		ALIMENTAÇÃO 5 V, REFERÊNCIA 3 RASPBERRY PI	polaridade e fusível de 2A - Novo chip controlador USB/Ethernet - 4 portas USB em vez de 2 portas - 40 GPIO em vez de 26. As primeiras 26 portas condizem com as originais - MicroSD card em vez dos SD cards maiores - 4 furos de fixação - Conectores melhores dispostos Periféricos: - 27 x GPIO - UART - I2C bus - SPI bus com 2 chip selects - +3.3V - +5V - GND			R\$ 530,83	R\$ 7.431,62
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8542.31.90				
110	331.996	CLIQUE BATERIA, REFERÊNCIA BGE-4	Conector para bateria 9v tipo I - vertical	UN	60	R\$ 3,39	R\$ 203,10
111	605.455	CONVERSOR VÍDEO, SAÍDA VÍDEO HDMI, ENTRADA VÍDEO HDMI, RESOLUÇÃO 1920 X 1080 DPI, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 100/240 V, FREQUÊNCIA ENTRADA 174-230/ 470-862 MHZ, CONECTOR ENTRADA USB/HDMI, CONECTOR SAÍDA USB/HDMI		UN	4	R\$ 52,83	R\$ 211,33
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8522.90.00				
112	404.518	DISCO MAGNÉTICO, MEMÓRIA 240 GB, VELOCIDADE TRANSFERÊNCIA 6.0 GB /S, APLICAÇÃO INFORMÁTICA, TAMANHO 2.5 POL, MODELO SSD, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MEMÓRIA NAND FLASH, TRIM/SMART, WINDOWS XP/VISTA/ 7, INTERFACE SATA III	SSD SATA 240GB - Capacidade: 240GB - Fator de Forma: 2.5" - NAND Flash: 3D NAND - Dimensões: 100.45 x 69.85 x 7 mm - Interface: SATA 6Gb/s - Desempenho Sequencial (máximo): Leituras 520MB/s e Gravações 450MB/s*	UN	40	R\$ 317,52	R\$ 12.700,80
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8471.70.10				
113	384.020	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO, FUNCIONAMENTO TERMOMAGNÉTICO, MODELO CAIXA TERMOPLÁSTICA, NÚMERO PÓLOS 2, OPERAÇÃO MANUAL, TENSÃO MÁXIMA OPERAÇÃO		UN	12	R\$ 45,11	R\$ 541,26

		380/ 600 VCA, CORRENTE NOMINAL 10 A, FREQUÊNCIA NOMINAL 50/60 HZ, NORMAS TÉCNICAS					
114	416.365	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO, FUNCIONAMENTO TERMOMAGNÉTICO, NÚMERO PÓLOS 2, CORRENTE NOMINAL 32 A, NORMAS TÉCNICAS NBR 5.283/73, CURVA DE DISPARO C, PADRÃO DIN		UN	12	R\$ 40,56	R\$ 486,66
115	416.372	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO, FUNCIONAMENTO TERMOMAGNÉTICO, NÚMERO PÓLOS 2, CORRENTE NOMINAL 70 A, NORMAS TÉCNICAS NBR 5.283/73, CURVA DE DISPARO C, PADRÃO DIN		UN	3	R\$ 75,85	R\$ 227,54
116	234.773	FIO ELETRICO, TIPO RÍGIDO, BITOLA 2,50 MM, COR VERDE		RO 100.00 M	6	R\$ 288,82	R\$ 1.732,92
117	342.495	FIO ELETRICO, TIPO RÍGIDO, BITOLA 4 MM2, COR AMARELA, MATERIAL CONDUTOR COBRE, MATERIAL ISOLAMENTO PVC, TENSÃO 750 V, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO ELÉTRICA		RO 100.00 M	6	R\$ 458,65	R\$ 2.751,92
118	278.403	LÂMPADA HALÓGENA, TENSÃO NOMINAL 15 V, POTÊNCIA NOMINAL 150 W, APLICAÇÃO FONTE DE LUZ EM APARELHO FOTOFORO FIBRA ÓTICA	COMPATÍVEL COM ZEISS KL1500	UN	3	R\$ 113,84	R\$ 341,52
119	603.066	LÂMPADA LED, MODELO LED, TENSÃO NOMINAL BIVOLT, POTÊNCIA NOMINAL 6 W, TIPO BASE GU10, APLICAÇÃO ILUMINAÇÃO, TIPO BULBO MR 16, TEMPERATURA DE COR 3000 K, FORMATO DICRÓICA, VIDA MÉDIA 25.000 H	Lâmpada MR16, formato dicroica, potência nominal 4,5 , 5,0 ou 10w. cor RGB com controle remoto.	UN	5	R\$ 57,28	R\$ 286,41
120	435.468	LÂMPADA LED, TENSÃO NOMINAL BIVOLT 100/240 V, POTÊNCIA NOMINAL 7 W, TIPO BASE E-27, TIPO BULBO PAR-20, TEMPERATURA DE COR MÍN. 3.300 K		UN	7	R\$ 17,06	R\$ 119,39
121	623.309	LÂMPADA LED, TENSÃO NOMINAL BIVOLT V, POTÊNCIA NOMINAL 30 W, TIPO BASE E-27, COR BRANCA, FLUXO LUMINOSO 1200 LM, TIPO BULBO PAR-38		UN	60	R\$ 58,01	R\$ 3.480,75
122	623.310	LÂMPADA LED, TENSÃO NOMINAL BIVOLT V, POTÊNCIA NOMINAL 40 W, COR BRANCA, TEMPERATURA DE COR 6500 K, FORMATO TUBULAR T8, COMPRIMENTO 2.400 MM		UN	60	R\$ 50,37	R\$ 3.022,20

123	432.250	LÂMPADA ULTRAVIOLETA, TIPO BASE G13, POTÊNCIA NOMINAL 30 W, APLICAÇÃO LABORATÓRIO, TIPO BULBO T8	90 cm de comprimento, germicida.	UN	10	R\$ 182,22	R\$ 1.822,23
124	456.716	LÂMPADA ULTRAVIOLETA, TIPO GERMICIDA, TIPO BASE G13, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EMITE RADIAÇÃO UV COM PICO 253,7NM, POTÊNCIA NOMINAL 30 W, COMPRIMENTO NOMINAL 893 MM, DIÂMETRO NOMINAL 25,5 MM, FORMATO TUBULAR, TIPO		UN	8	R\$ 35,80	R\$ 286,40
125	482.718	LANTERNA ELÉTRICA, MATERIAL PLÁSTICO/BORRACHA, TIPO PORTÁTIL, RECARREGÁVEL, APLICAÇÃO DETECÇÃO DE VAZAMENTOS EM SISTEMAS DE AR CONDICIONADO, LUMINOSIDADE 150 LM, TIPO LÂMPADA LED COB ULTRAVIOLETA, ACESSÓRIOS CARREGADOR BIVOLT, CABO		UN	4	R\$ 62,18	R\$ 248,71
126	360.342	LUMINÁRIA, TIPO DE MESA, MATERIAL CORPO METAL DE ALTO RENDIMENTO, MATERIAL REFLETOR PLÁSTICO, FORMATO REDONDO, COR VERDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BRAÇO DE 1 M TRIARTICULADO SOBRE BASE DE METAL, A J	Lâmpada de LED. Temperatura de cor: 3000/4500/6000k. USB.	PC 1.00 UN	18	R\$ 97,56	R\$ 1.756,13
127	465.301	MÓDULO ELETRÔNICO, MODELO PUSH-BUTTON 2 PINOS, USO ARDUÍNO E ROBOTICA, TIPO BOTÃO MICRO CHAVE	Botão Chave Microswitch Push Button - modelo Tátil	UN	206	R\$ 0,87	R\$ 178,71
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8537.10.90				
128	471.258	PENTE DE MEMÓRIA, CAPACIDADE MEMÓRIA 8 GB, TIPO DDR4, VELOCIDADE BARRAMENTO 2.666 MHZ	- DDR4-2666 Notebook - Capacidade: 8GB - 2666Mhz - CL19 - Latência: 19-19-19 1.2V - 260-pin SODIMM	UN	6	R\$ 436,55	R\$ 2.619,32
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8473.50.50				
129	465.169	POTENCIÔMETRO, TIPO LINEAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CHAVE LIGA E DESLIGA, POTÊNCIA NOMINAL 1 KW	"Módulo Potenciômetro Digital 10K - X9C103S Tensão de Alimentação 5V Chip X9C103S Tamanho da placa PCB 2.7 x 1.3cm Potenciômetro de Extensão de 10K"	UN	24	R\$ 28,96	R\$ 694,92

130	624.588	UNIDADE DISCO, TIPO DISCO SSD, CAPACIDADE 500 GB, TAMANHO 22 X 80 MM, APLICAÇÃO MICROCOMPUTADOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FORMATO: M.2 2280, INTERFACE: NVME PCIE 4.0 X 4	NVME 512 GB Descrição: - Capacidade: 512GB - Interface: PCIe Gen3 8Gb/s, Até 4 Pistas Performance: - Leitura Sequencial(MB / s): até 2.400 - Gravação Sequencial(MB / s): até 1,650 - Leitura aleatória de 4K (IOPS): até 250K - Gravação aleatória de 4K (IOPS): até 170K - Resistência (TBW): 60TBW	UN	24	R\$ 822,04	R\$ 19.728,90
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8471.70.40				
Valor Total R\$							R\$ 228.843,81

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Prazo de vigência

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 dias corridos contados do(a) assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Outras informações

- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. A presente licitação será exclusiva para ME/EPP/MEIs.
- 1.7. A presente licitação será realizada com o procedimento auxiliar de registro de preços considerando que o objeto da contratação trata-se de demanda que não pode ser definida de maneira exata porém é certa a contratação de quantidades mínimas de forma eventual.
- 1.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, com renovação dos quantitativos originalmente previstos, desde que atendidos os requisitos previstos no Parecer Referencial n. 00005/2025/GERTEC/ELIC/PGF/AGU.
- 1.9. Em relação à justificativa para permissão de adesão à ata de registro de preços, informamos que as opções estão de acordo com a Lei nº 14.133/2021, conforme artigo 86, §3º, que diz "A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023) I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital.". Busca-se com isso um melhor aproveitamento das condições de mercado, já que a possibilidade de adesão pode tornar mais atrativa a participação no pregão de licitantes interessados, inclusive daqueles que estão geograficamente fora da área de atuação da UFMS. A possibilidade de uma demanda maior do que a pretendida de forma isolada por esta Universidade também incentiva que ganhos de escala sejam transferidos para as propostas apresentadas. A opção pela permissão também se justificativa no princípio da eficiência da Administração Pública, reduzindo a necessidade de recursos administrativos e temporais de outros órgãos e entidades na aquisição de objeto(s) idêntico (s) ao pretendido neste pregão.

Quanto à Intenção de Registro de Preços

- 1.10. Para manifestação de interesse na IRP, as UASGs interessadas deverão enviar, juntamente com a manifestação de interesse, a documentação comprobatória da compatibilidade da licitação com as necessidades dos respectivos órgãos, sendo esta minimamente composta por Termo de Referência, estimativa de consumo e local de entrega, nos termos do art. 8º do Decreto nº 11.462/2023, somada à autorização da autoridade competente das respectivas UASGs para manifestação de interesse.

1.11. Em caso de ausência das documentações citadas, as manifestações de interesse serão recusadas.

1.11.1. Quanto à inclusão de novos itens por desdobramento, em caso de intenção de participação de UASGs fora da sede de entrega dos materiais da UASG gerenciadora, em função da capacidade operacional da UASG quanto ao número de pregoeiros e aos prazos de realização da licitação, bem como da necessidade de demanda dos itens pelos setores requisitantes, os critérios de aceitação serão analisados quanto:

- a) à precedência por data de solicitação das manifestações das UASGs, considerando-se aquelas que se manifestarem primeiro;
- b) ao limite total de **200 itens**, já incluídos os itens desdobrados;
- c) à proporcionalidade dos quantitativos manifestados, especialmente quanto à existência de quantitativos considerados ínfimos ou desproporcionais em relação ao quantitativo da UASG gerenciadora;
- d) à viabilidade de operacionalização das manifestações no SIASGNet IRP, considerando as limitações do sistema para criação ou desdobramento de itens específicos apenas para UASGs participantes;
- e) nos casos em que as quantidades pretendidas pelas UASGs participantes, em determinados itens, resultarem em valor total superior a **R\$ 80.000,00**, a UASG gerenciadora solicitará a adequação ou redução dos quantitativos manifestados, considerando as limitações operacionais do SIASGNet IRP para desdobramento de itens específicos apenas para UASGs participantes;
- f) caso não haja adequação dos quantitativos ao limite indicado, as manifestações de interesse relativas aos respectivos itens serão recusadas, mediante justificativa nos autos;
- g) a recusa prevista na alínea anterior não impede a aceitação de manifestações da mesma UASG participante em outros itens que estejam compatíveis com as condições da IRP e com a operacionalização do sistema.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares nº 47/2026, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: [15461510000133-0-000001/2026];
- II) Data de publicação no PNCP:[22/09/2025]. Última atualização em 11/05/2026;
- III) Id do item no PCA: [vários, conforme planilhas];
- IV) Classe/Grupo: [contém diversas classes];
- V) Identificador da Futura Contratação: [154054-/2026];

2.3. A presente contratação encontra-se também alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) 2025-2027, conforme a Resolução Nº 617 do Conselho Diretor (CD), de 27 de agosto de 2025.

2.4. O objeto que trata esta licitação teve seus itens especificados conforme os padrões de utilização prévia desta Universidade, sendo excluídas as especificações disfuncionais e inclusas novas conforme o caso, bem como a descrição geral é baseada nos CATMAT /CATSER do catálogo eletrônico de itens padronizados do governo federal, atendendo assim ao princípio da padronização.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP nº 47/2026, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial - OBSERVAR O ENQUADRAMENTO DOS OBJETOS LICITADOS NO GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS 8ª Edição de Outubro de 2025. Ex.: **"No que couber**, nos itens relacionados em que a atividade de fabricação ou industrialização for enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, **instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981."**

4.1.2. Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06 /2013, **NO QUE COUBER**, solicitar Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

4.1.3. Segundo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis : ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - Consumo, Comercialização, Importação ou Transporte de determinados produtos – Contratação de pessoa física ou jurídica que se dedique a atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, relacionadas ao consumo, comercialização, importação ou transporte de determinados produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, ou de produtos e subprodutos da fauna e flora(art. 17, II, da Lei nº 6.938/81).

4.1.4. Citam-se exemplificativamente as seguintes categorias (Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013):

4.1.4.1. produtor, importador, exportador, comercializador e usuário técnico de quaisquer das substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal (Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs), bem como os centros de regeneração e de incineração; comerciante de: motosserras; combustíveis; derivados de petróleo; mercúrio metálico; produtos químicos e perigosos.

4.1.5. Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.1.6. Só será admitida a oferta de bateria chumbo-ácido (componente automotivo) que possua o Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. A indicação de marcas e modelos não se aplica à presente contratação.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. A vedação de utilização de marca/produto não se aplica na presente contratação.

Da exigência de amostra

4.4. Não haverá exigência de amostras, o que não impede a recusa pela Administração em caso de entregas em desacordo com as exigências deste Termo de Referência.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não será aplicada a exigência de carta de solidariedade, uma vez que restringe a competitividade do Pregão Eletrônico.

Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme possibilita o § 2º, art. 122 da L. 14.133/2021.

Garantia da contratação

4.7. Considerando a natureza do objeto, bem como a ausência de riscos relevantes à Administração, opta-se por não exigir garantia da contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, por se entender que a exigência seria desproporcional e antieconômica.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.8. Na presente licitação, todos os itens estão reservados para EPP/ME.

Margem de Preferência

4.9. Alguns itens do objeto da contratação enquadram-se na margem de preferência normal de 10%, prevista no art. 26 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentada pelo Decreto nº 11.890/2024, conforme disposto na Resolução CICS/MGI nº 8, de 31 de março de 2025, da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, desde que confirmada a correspondência entre a descrição técnica do item, o respectivo código NCM, a regra de origem aplicável e a previsão expressa no Anexo I da referida Resolução.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da confirmação de compra e da Nota de Empenho, em *remessa única*.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO - GERALM/DICOM/PROADI – Av. Senador Filinto Miller, 1555 - CEP 79074-460 - Vila Ipiranga – UFMS Fone: 067 3345-3508 / 3518;

5.4.1 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a .80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade **poderá** convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.17. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.17.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.17.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.17.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.17.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.17.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.17.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. **Multa**:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,7% (sete décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Para o estabelecimento das alíquotas e dos valores de multa, seja moratória ou compensatória, a Administração levará em conta fatores como: a gravidade da falha na execução do contrato; o valor do objeto alvo de inadimplemento; e demais fatores do caso concreto que possam adequar a penalidade ao infrator.

Conforme o Manual de Sanções da UFMS, em anexo, regulamentado através da Resolução do Conselho Diretor.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7.1. DEMAIS ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENALIDADE DIVERSA ESTÃO DEFINIDOS NO MANUAL DE SANÇÕES DA UFMS, REGULAMENTADO PELO CONSELHO DIRETOR. O DOCUMENTO ENCONTRA-SE ANEXO A ESTE TERMO DE REFERÊNCIA;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da datado recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1 o prazo de validade;
 - 8.12.2 a data da emissão;
 - 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5 o valor a pagar; e
 - 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/05/2026.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o indicador oficial da inflação no Brasil, calculado pelo IBGE. Sua adoção como índice de reajuste busca assegurar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, acompanhando a variação dos custos ao longo do tempo de forma transparente, previsível e amplamente reconhecida pelo mercado.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer formamão possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral por empenho.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

9.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.25.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.25.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.25.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 228.843,81 (Duzentos e vinte e oito mil, oitocentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.3. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Campo Grande, 13 de maio de 2026.

Modelo da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União. Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021. Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação. Atualização: **DEZ/2025**.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA PAULA RIBEIRO GONDIM DE ARRUDA

Secretária - SEPLAC/DICOM/PROADI



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 15:41:09.

Despacho:

PATRICKSON CHAMORRO LUCAS PELZL

Diretor - DICOM/PROADI



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 15:42:50.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - MR154054_000031_2026.pdf (83.87 KB)
- Anexo II - ETP_154054-000047-2026.zip (21.55 MB)
- Anexo III - ETP154054_000047_2026 (1).pdf (294.1 KB)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº 23104.007709/2026-11

ANEXO I-A: TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA - MINUTA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o **Pregão Eletrônico nº 90.012/2026**, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

Campo Grande, 02 de junho de 2026

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Iasmin Araujo Pereira, Assistente em Administração**, em 03/06/2026, às 13:30, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6447717** e o código CRC **F8F9CA1F**.

SECRETARIA DE LICITAÇÕES

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº 23104.007709/2026-11

ANEXO I-B: INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO - MINUTA

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de **3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
- 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Contratado;
- 3.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo

Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja

inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Campo Grande, Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Campo Grande, 02 de junho de 2026

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Iasmin Araujo Pereira, Assistente em Administração**, em 03/06/2026, às 13:31, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6447729** e o código CRC **67A5F083**.

SECRETARIA DE LICITAÇÕES

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.007709/2026-11

SEI nº 6447729

FUNDAÇÃO UNIVERS. FEDERAL/MS

Estudo Técnico Preliminar 47/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23104.007709/2026-11

2. Descrição da necessidade

Aquisição de Materiais Eletroeletrônicos - Parte II, para atendimento às atividades de ensino e pesquisa de diversos setores e Campus da UFMS, através do Sistema de Registro de Preços.

A presente contratação tem por finalidade atender às demandas institucionais relacionadas à aquisição de materiais eletroeletrônicos necessários à manutenção, reposição, instalação, adequação e funcionamento de equipamentos, laboratórios, setores administrativos, ambientes acadêmicos e demais unidades demandantes.

Os materiais eletroeletrônicos são essenciais para garantir a continuidade das atividades administrativas, acadêmicas, técnicas e operacionais, evitando interrupções nos serviços prestados e assegurando condições adequadas de infraestrutura tecnológica e elétrica.

A aquisição justifica-se pela necessidade de reposição de itens de consumo e componentes sujeitos a desgaste, obsolescência, falhas técnicas ou necessidade de substituição em razão do uso contínuo. Assim, busca-se assegurar maior eficiência, segurança, economicidade e continuidade dos serviços públicos, em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

FAMED — Faculdade de Medicina / COAD-FAMED

A contratação se faz necessária para atender às demandas da Faculdade de Medicina quanto à aquisição de materiais eletroeletrônicos destinados ao uso em equipamentos eletrônicos, tais como controles remotos, ligação de data show e outros equipamentos correlatos. As quantidades foram dimensionadas conforme as demandas apresentadas pelos laboratórios e programas de pós-graduação da unidade, com previsão de utilização em atividades de graduação e pós-graduação no período de 2026/2027.

INFI — Instituto de Física

A contratação é necessária para atender setores e laboratórios do Instituto de Física, contemplando o Gabinete e Secretaria Administrativa, a Casa de Ciência e Cultura, o Laboratório Didático, o Laboratório Multiusuário de Análises de Materiais — MULTILAM e o Laboratório de Tecnologias Avançadas em Energia e Sustentabilidade — LaTES. Os materiais eletroeletrônicos serão utilizados para reposição de baterias de nobreak, pilhas para controles remotos, instalação de fechadura eletrônica, manutenção e desenvolvimento de montagens experimentais, garantia de acesso seguro aos laboratórios e apoio à execução de experimentos e manutenções diárias.

FAENG — Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia

A contratação se justifica pela necessidade de atendimento às demandas da FAENG no exercício de 2026, considerando as atividades de laboratórios de graduação, pós-graduação e administração da unidade. Os materiais destinam-se ao suporte das aulas teóricas e práticas, atividades de ensino, pesquisa, extensão e manutenção administrativa, considerando a estrutura da FAENG, composta por unidades, salas de aula, laboratórios, salas administrativas e salas de professores.

FAMEZ — Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia

A contratação tem por finalidade atender demandas anuais da FAMEZ relacionadas a várias previsões de materiais, incluindo componentes elétricos e eletrônicos diversos, produtos químicos, mobiliário, equipamentos, utensílios e suprimentos hospitalares, ferramentas, substâncias para diagnóstico, gases, equipamentos de laboratório, instrumentos médicos e cirúrgicos e produtos de uso veterinário. O próprio DFD informa que o detalhamento constará na demanda correspondente.

FAODO — Faculdade de Odontologia

A contratação é necessária para aquisição de materiais elétricos e eletrônicos, tais como abraçadeiras, extensão elétrica, pilhas e interruptores tipo campainha, destinados ao atendimento das atividades administrativas, de manutenção predial e clínicas da Faculdade de Odontologia. Os materiais serão utilizados em projetos de ensino, pesquisa e extensão, no funcionamento de equipamentos, maquinários, ferramentas elétricas e no acionamento de torneiras com os pés, em atendimento às normas de biossegurança.

CPCS — Campus de Chapadão do Sul

A contratação é necessária para aquisição de materiais eletroeletrônicos destinados à realização de pequenos reparos na unidade. A demanda se justifica porque problemas simples podem ser solucionados com materiais adequados, evitando prejuízos à Administração Pública e contribuindo para a continuidade do serviço.

PROGEP — Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

A contratação tem por objetivo atender às demandas da PROGEP, viabilizando o pleno desenvolvimento das atividades da unidade, em alinhamento às diretrizes estabelecidas no PDI. Os materiais previstos são necessários para atender diversos setores da Pró-Reitoria, considerando a existência de muitas secretarias, servidores e equipamentos na unidade, o que demanda adaptadores de tomada e filtros de linha.

PROECE — Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte

A contratação se faz necessária para viabilizar a utilização de equipamentos e ferramentas eletroeletrônicas na realização adequada dos eventos institucionais promovidos pela universidade. A demanda considera as dimensões territoriais da Cidade Universitária, que exigem suporte tecnológico eficiente para comunicação, logística, operacionalização e integração das atividades em diferentes espaços físicos, especialmente eventos vinculados ao esporte, à cultura e à extensão.

CPTL — Campus de Três Lagoas

A contratação é necessária para aquisição de materiais de informática e suprimentos de apoio destinados à modernização e manutenção da infraestrutura computacional utilizada no processamento, armazenamento e interpretação de dados laboratoriais do Laboratório de Genética e Biologia Molecular — LGBM. Os itens visam apoiar atividades de ensino, pesquisa, extensão e suporte técnico, incluindo análises laboratoriais como eletroforese, PCR, qPCR, CLAE, sequenciamento e estudos estatísticos. Também se destinam à melhoria de desempenho dos computadores, proteção elétrica dos equipamentos e continuidade das rotinas laboratoriais.

AGINOVA — Agência de Inovação

A contratação é necessária para atender às demandas da Agência de Inovação relacionadas à realização de reuniões, eventos institucionais, ações de divulgação e apoio às atividades de inovação ao longo de 2026. A unidade dispõe de câmera digital Canon para registro audiovisual dessas atividades, demandando bateria recarregável compatível. Além disso, há necessidade de cabos HDMI para viabilizar a apresentação de conteúdos em projetores e monitores durante reuniões e eventos, com alinhamento ao PDI 2025–2030 quanto ao fortalecimento da inovação, comunicação institucional e integração com a comunidade acadêmica e externa.

FAMED — DFD 441/2026

A contratação é necessária para aquisição de materiais eletroeletrônicos a serem utilizados em equipamentos eletrônicos, como controles remotos, ligação de data show e outros equipamentos correlatos da Faculdade de Medicina. O DFD contempla, entre os itens, baterias, cabos extensores HDMI e bateria recarregável para nobreak, visando atender às demandas da unidade no período de 2026/2027.

FACFAN — Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição

A contratação refere-se à pesquisa de previsão 1612 para aquisição de material eletroeletrônico — Parte II, destinada à FACFAN. O documento informa a necessidade vinculada à própria previsão de aquisição e apresenta como item previsto conjuntos elétricos e eletrônicos, placas, cartões e itens correlatos. Como o DFD não detalha finalidade operacional específica além dessa indicação, a descrição deve permanecer restrita a essa necessidade formal apresentada.

INQUI — Instituto de Química

A contratação é necessária para atender os laboratórios de ensino, pesquisa e extensão do Instituto de Química. Os materiais solicitados serão utilizados em atividades práticas pedagógicas fundamentais à formação acadêmica dos alunos atendidos nas diversas disciplinas ofertadas pelo Instituto de Química da UFMS, com o objetivo de desenvolver e socializar o conhecimento na formação dos acadêmicos.

PROPP / Biotério Central

A contratação é necessária para atender o Biotério Central, setor responsável pela criação e fornecimento de animais de laboratório utilizados nas pesquisas da Universidade. Os materiais eletroeletrônicos solicitados destinam-se ao atendimento da área administrativa, áreas de criação e experimentação, laboratórios, aulas e visitas técnicas realizadas no setor.

INBIO — Instituto de Biociências

A contratação é necessária para aquisição de materiais de consumo destinados ao atendimento do INBIO. O documento informa que se tratam de materiais básicos necessários ao funcionamento dos laboratórios e à continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na unidade.

CPAQ — Campus de Aquidauana

A contratação é necessária para aquisição de materiais de consumo eletroeletrônicos destinados ao atendimento das demandas de manutenção da rede e de computadores administrativos e laboratoriais do Campus de Aquidauana. A demanda também visa apoiar eventos, ações de ensino, pesquisa, extensão e demandas administrativas do campus.

FACOM — Faculdade de Computação

A contratação se faz necessária para garantir a disponibilidade contínua de materiais de consumo nos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Computação - FACOM. Os insumos solicitados são fundamentais para a realização de experimentos, desenvolvimento de projetos e promoção de iniciativas que integrem teoria e prática, contribuindo para a formação acadêmica dos estudantes e para o fortalecimento das ações de pesquisa e extensão da unidade. A aquisição também visa atender à demanda de laboratórios de ensino e pesquisa ligados à FACOM, assegurando a reposição e atualização dos componentes necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmicas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COAD/FAMED	Nilson Issao Hijo
Instituto de Física - INFI	OSMAR CASAGRANDE JUNIOR
Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia - FAENG	EVERTON SHINZATO HOKAMA
Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia - FAMEZ	RICARDO DE PADUA LEITE
Faculdade de Odontologia - FAODO	ROSEMARY OSHIRO
Campus de Chapadão do Sul - CPCS	ROSILENE ESTEVAO
Progep	Angela Regina Pereira Flores
Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte - PROECE	GABRIEL DE SA SOUSA
Campus de Três Lagoas - CPTL	AUGUSTO CESAR RODRIGUES
Agência de Inovação - AGINOVA	VILMA DOS SANTOS RAMOS
Faculdade de Medicina - FAMED	JOSE AGOSTINHO DA SILVA FILHO
Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição - FACFAN	DEBORA LOPES MICHELAN COSTA
Instituto de Química - INQUI	CRISTIANO ECHEVERRIA SILVERIO
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPP	MARIA PAULA FERREIRA FIALHO FRAZILIO
Instituto de Biociências - INBIO	FERNANDA TIMOTEO
Campus de Aquidauana - CPAQ	CICERO ALEX LAMB
Faculdade de Computação - FACOM	PAULO ROGERIO DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 8ª Edição de Outubro de 2025.

4.1.2. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial -OBSERVAR O ENQUADRAMENTO DOS OBJETOS LICITADOS NO GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS 8ª EDIÇÃO.

Ex.: "No que couber, nos itens relacionados em que a atividade de fabricação ou industrialização for enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981."

4.1.3. ""Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06 /2013, NO QUE COUBER, solicitar Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;

4.1.4. Segundo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis : ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - Consumo, Comercialização, Importação ou Transporte de determinados produtos – Contratação de pessoa física ou jurídica que se dedique a atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, relacionadas ao

consumo, comercialização, importação ou transporte de determinados produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, ou de produtos e subprodutos da fauna e flora(art. 17, II, da Lei nº 6.938/81).

4.1.5. Citam-se exemplificativamente as seguintes categorias (Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03 /2013):

4.1.5.1. produtor, importador, exportador, comercializador e usuário técnico de quaisquer das substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal (Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs), bem como os centros de regeneração e de incineração; comerciante de: motosserras; combustíveis; derivados de petróleo; mercúrio metálico; produtos químicos e perigosos;

4.1.6. Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.1.7. Só será admitida a oferta de bateria chumbo-ácido (componente automotivo) que possua o Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto.

4.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Não se aplica na presente contratação.

4.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:

Não se aplica na presente contratação.

4.4. Da exigência de amostra

Não se aplica na presente contratação.

4.5. Margem de Preferência

Em atendimento ao art. 26 da Lei nº 14.133/2021, ao Decreto nº 11.890/2024 e à Resolução CICS/MGI nº 8, de 31 de março de 2025, registra-se que alguns itens da presente contratação enquadram-se na margem de preferência, por se tratar de materiais eletroeletrônicos passíveis de enquadramento como bens manufaturados nacionais que atendem às normas técnicas brasileiras.

A Resolução CICS/MGI nº 8/2025 apresenta, em seu Anexo I, códigos NCM relacionados a máquinas, aparelhos e materiais elétricos, conversores, acumuladores, dispositivos de comando, proteção, ligação ou conexão de circuitos elétricos, painéis de comando e dispositivos semicondutores, com previsão de margem normal de 10%, observadas as respectivas regras de origem e atendendo o Decreto nº 11.890/2024 e o disposto na Resolução nº 8 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.

EXIGÊNCIAS DE ESPECIFICAÇÕES

Deverá a licitante apresentar para cada um dos itens, descrição textual, de modo a facilitar a compreensão das características exigidas. Permitem-se variações de dimensões e desenho segundo o estilo adotado por cada fabricante. As características são as mínimas exigidas devido ao intenso uso.

Na proposta deverá constar o prazo de garantia mínimo estabelecido para o equipamento fixado através de Certificados ou Termos de Garantia no ato de entrega. Na proposta, deverá ainda constar, quanto à garantia: aceitabilidade, podendo ser solicitadas substituições, conforme preceitos estabelecidos no Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Fica terminantemente proibida a sub-rogação do compromisso pertinente ao ato licitatório, sob pena de responsabilidade civil à adjudicatária.

COAD/FAMED

Os materiais a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas constantes nos Documentos de Formalização da Demanda, observando a compatibilidade com os equipamentos eletrônicos utilizados pela Faculdade de Medicina, especialmente controles remotos, data show, projetores multimídia e demais equipamentos correlatos. Deverão ser fornecidos itens novos, em perfeito estado de funcionamento, com características compatíveis com as necessidades dos laboratórios e programas de pós-graduação da unidade, incluindo baterias, cabos extensores, adaptadores, conectores e demais componentes eletroeletrônicos previstos. Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, fretes, transportes, garantia dos materiais e seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento.

INFI

Os materiais deverão atender às especificações técnicas descritas no DFD do Instituto de Física, considerando sua aplicação em atividades administrativas, laboratoriais, experimentais, de manutenção e de segurança de acesso. Os itens deverão ser compatíveis com a reposição de baterias de nobreak, uso em controles remotos, instalação de fechadura eletrônica, manutenção de eletroeletrônicos, desenvolvimento de montagens experimentais e apoio às atividades dos laboratórios da unidade. Deverão ser observadas as características técnicas próprias de cada item, como tensão nominal, capacidade, sistema eletroquímico, material de composição, resistência, isolamento, aplicação eletrônica e compatibilidade com os equipamentos existentes.

FAENG

Os materiais deverão atender às necessidades acadêmicas, científicas, extensionistas, administrativas e de manutenção da FAENG, considerando o uso em laboratórios de graduação e pós-graduação, salas de aula, salas administrativas, salas de professores e demais ambientes da unidade. Os itens deverão apresentar qualidade, resistência, funcionalidade e compatibilidade com o uso contínuo em atividades de ensino, pesquisa, extensão e apoio administrativo.

FAMEZ

Os materiais deverão atender às demandas anuais da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, conforme as classes previstas no DFD, incluindo componentes elétricos e eletrônicos diversos, produtos químicos, equipamentos e artigos de laboratório, ferramentas manuais, suprimentos hospitalares, substâncias para diagnóstico in vitro, reagentes, gases comprimidos e liquefeitos, instrumentos médicos e cirúrgicos e produtos de uso veterinário. As especificações deverão garantir compatibilidade com as finalidades acadêmicas, laboratoriais, administrativas e veterinárias da unidade.

FAODO

Os materiais deverão atender às especificações técnicas constantes no DFD da Faculdade de Odontologia, contemplando itens elétricos e eletrônicos destinados às atividades administrativas, de manutenção predial e clínicas da unidade. Os produtos deverão ser compatíveis com o funcionamento de equipamentos, maquinários, ferramentas elétricas e sistemas de acionamento de torneiras com os pés, observando as normas de biossegurança aplicáveis. Para itens como adaptadores, conectores, cabos extensores, pilhas, disjuntores, extensões elétricas e interruptores, deverão ser respeitados requisitos de tensão, corrente nominal, material, padrão de conexão, blindagem, comprimento, normas técnicas e adequação ao novo padrão brasileiro de tomadas.

CPCS

Os materiais deverão atender às especificações básicas de mercado e às classes indicadas no DFD do Campus de Chapadão do Sul, contemplando baterias não recarregáveis, pilhas, conversores elétricos estáticos, itens diversos e cabos extensores. Os produtos deverão ser adequados à realização de pequenos reparos na unidade, apresentando funcionalidade, segurança, resistência e compatibilidade com atividades simples de manutenção, de modo a evitar prejuízos à Administração Pública e contribuir para a continuidade dos serviços institucionais.

PROGEP

Os materiais deverão ser adequados ao uso em ambiente administrativo, considerando a existência de diversos setores, secretarias, servidores e equipamentos vinculados à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Os itens deverão apresentar compatibilidade com as necessidades de funcionamento da unidade, especialmente quanto ao uso de adaptadores de tomada, filtros de linha e demais componentes elétricos e eletrônicos destinados ao suporte das atividades administrativas. Deverão ser observados requisitos de segurança, resistência, funcionalidade e conformidade com os padrões técnicos aplicáveis ao uso em equipamentos institucionais.

PROECE

Os materiais deverão atender às especificações necessárias ao suporte tecnológico das atividades institucionais promovidas pela universidade, especialmente eventos vinculados ao esporte, à cultura e à extensão. Os itens deverão apresentar qualidade, durabilidade, segurança e funcionalidade compatíveis com a utilização em diferentes espaços físicos da Cidade Universitária, garantindo suporte adequado à comunicação, logística, operacionalização e integração das atividades.

CPTL

Os materiais deverão atender às especificações técnicas descritas no DFD do Campus de Três Lagoas, considerando sua aplicação na modernização, manutenção, proteção elétrica e melhoria do desempenho de computadores utilizados no processamento de dados laboratoriais. Os itens deverão ser compatíveis com as rotinas do Laboratório de Genética e Biologia Molecular, especialmente no processamento, armazenamento e interpretação de dados provenientes de eletroforese, PCR, qPCR, CLAE, sequenciamento e estudos estatísticos. Deverão ser observados requisitos como capacidade de memória, tipo e velocidade de barramento, formato e interface de SSD, tensão nominal, proteção contra oscilações elétricas e demais características necessárias à segurança, desempenho e continuidade das atividades laboratoriais.

AGINOVA

Os materiais deverão atender às necessidades da Agência de Inovação relacionadas à realização de reuniões, eventos institucionais, ações de divulgação e apoio às atividades de inovação ao longo de 2026. Os itens deverão apresentar compatibilidade com os equipamentos já utilizados pela unidade, especialmente bateria recarregável compatível com câmera digital Canon, modelo LP-E10, destinada ao registro audiovisual das atividades, e cabos HDMI compatíveis com transmissão em alta definição para uso em projetores e monitores. Os produtos deverão garantir funcionalidade, desempenho adequado, segurança no uso e suporte às ações de inovação, comunicação institucional e integração com a comunidade acadêmica e externa.

FACFAN

Os materiais deverão atender à previsão de aquisição de material eletroeletrônico — Parte II para a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição, conforme classe indicada no DFD: conjuntos elétricos e eletrônicos, placas, cartões e itens correlatos.

INQUI

Os materiais deverão atender às especificações técnicas constantes no DFD do Instituto de Química e ser compatíveis com o uso nos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão da unidade. Os itens deverão apresentar qualidade, resistência e funcionalidade adequadas às atividades práticas pedagógicas fundamentais à formação acadêmica dos estudantes atendidos nas diversas disciplinas ofertadas pelo Instituto. Para componentes como decapadores, diodos emissores de luz e demais dispositivos eletrônicos, deverão ser observados requisitos como aplicação, categoria, tipo de cabo, composição, corrente nominal, tensão máxima, diâmetro, quantidade de terminais e demais características técnicas descritas no documento.

PROPP / Biotério Central

Os materiais deverão atender às especificações técnicas descritas no DFD da PROPP, sendo compatíveis com as rotinas do Biotério Central, setor responsável pela criação e fornecimento de animais de laboratório utilizados nas pesquisas da Universidade. Os itens deverão ser adequados ao uso na área administrativa, áreas de criação e experimentação, laboratórios, aulas e visitas técnicas, contemplando requisitos de segurança, funcionalidade e compatibilidade com o ambiente de pesquisa. Para adaptadores, apresentadores multimídia, baterias, lâmpadas ultravioleta e lâmpadas germicidas, deverão ser observados parâmetros como tensão nominal, capacidade, potência, formato, emissão de radiação UV, compatibilidade com sistemas operacionais e atendimento ao novo padrão brasileiro de tomadas.

INBIO

Os materiais deverão atender rigorosamente às especificações constantes no DFD do Instituto de Biociências, observando as descrições CATMAT, unidades de fornecimento, quantidades, atividades relacionadas e prioridades indicadas pelos setores demandantes. Os itens deverão ser compatíveis com o funcionamento dos laboratórios e com a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na unidade. Deverão ser respeitadas as características técnicas de cada material, como composição, fórmula química, grau de pureza, número CAS, dimensões, material, resistência, aplicação, compatibilidade com uso laboratorial, preparo de amostras, confecção de lâminas, análises cromatográficas, aulas práticas, projetos de extensão e demais finalidades informadas por cada setor.

CPAQ

Os materiais deverão atender às especificações técnicas constantes no DFD do Campus de Aquidauana e ser compatíveis com as demandas de manutenção da rede, computadores administrativos, laboratórios, eventos, ações de ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas do campus. Os itens deverão apresentar funcionalidade, resistência e segurança adequadas ao uso institucional, observando características como tipo de conexão, aplicação em vídeo, compatibilidade com headset, tensão, sistema eletroquímico, material, dimensões, carga de ruptura, tipo de isolamento, comprimento e demais requisitos técnicos indicados para adaptadores, baterias, braçadeiras, cabos de áudio e vídeo, luminárias e componentes correlatos.

FACOM

Os materiais deverão atender às especificações técnicas constantes no DFD nº 481/2026, contemplando componentes eletrônicos e itens de consumo destinados às práticas acadêmicas, laboratoriais e de pesquisa da FACOM. Deverão ser observadas as características indicadas para cada item, incluindo amplificador operacional para manutenção eletroeletrônica, referência LM 311; baterias não recarregáveis alcalinas, tensão nominal de 9V, aplicação em lanterna; circuito integrado para aplicação em eletrônica, com 16 pinos, referência TP3057; placa de montagem de circuito eletrônico para práticas eletrônicas, face simples, ilhada e perfurada, em fenolite virgem, dimensões 10 x 20; e unidade de disco SSD, capacidade de 500 GB, formato M.2 2280, interface NVMe PCIe 3.0 x4, tamanho 22 x 80. Os itens deverão ser novos, compatíveis com a finalidade indicada e adequados ao uso em laboratórios de ensino, pesquisa e extensão.

5. Levantamento de Mercado

Conforme analisado pelas unidades demandantes, a aquisição dos materiais objeto desta licitação é a única solução viável encontrada no mercado, sendo inclusive a escolhida por outros órgãos públicos conforme pesquisa de preços.

6. Descrição da solução como um todo

Aquisição de Materiais Eletroeletrônicos - Parte II, para atendimento às atividades de ensino e pesquisa de diversos setores e Campus da UFMS, através do Sistema de Registro de Preços

COAD/FAMED

A solução proposta consiste na aquisição de materiais eletroeletrônicos destinados ao atendimento das demandas da Coordenação Administrativa da Faculdade de Medicina, especialmente para uso em equipamentos eletrônicos, controles remotos, ligação de data show e demais equipamentos correlatos. A contratação contempla o fornecimento de itens compatíveis com as necessidades dos laboratórios e programas de pós-graduação da unidade, conforme quantidades apresentadas no DFD, de modo a assegurar suporte às atividades acadêmicas e administrativas previstas para o período informado.

INFI

A solução proposta consiste na aquisição de materiais eletroeletrônicos, componentes, baterias, pilhas, placas, conectores e itens correlatos destinados ao atendimento dos setores e laboratórios do Instituto de Física. Os materiais serão utilizados em demandas do Gabinete e Secretaria Administrativa, Casa de Ciência e Cultura, Laboratório Didático, MULTILAM e LaTES, contemplando reposição de baterias de nobreak, uso em controles remotos, instalação de fechadura eletrônica, manutenção de eletroeletrônicos, desenvolvimento de equipamentos para práticas experimentais e suporte às rotinas laboratoriais e institucionais da unidade.

FAENG

A solução consiste na aquisição de materiais de consumo destinados ao atendimento da FAENG no exercício de 2026, contemplando as necessidades de laboratórios de graduação e pós-graduação, salas de aula, salas administrativas, salas de professores e demais ambientes da unidade. O fornecimento dos materiais permitirá apoiar aulas teóricas e práticas, atividades de ensino, pesquisa, extensão, projetos aprovados e ações administrativas de manutenção, considerando a estrutura acadêmica e operacional da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia.

FAMEZ

A solução proposta consiste na aquisição de materiais previstos nas demandas anuais da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, abrangendo componentes elétricos e eletrônicos diversos e demais classes de materiais indicadas no DFD, como produtos químicos, suprimentos hospitalares, ferramentas, reagentes, gases, equipamentos de laboratório, instrumentos médicos e cirúrgicos e produtos de uso veterinário. O fornecimento deverá atender às necessidades gerais da unidade, conforme detalhamento constante no DFD e nas etapas posteriores da instrução processual.

FAODO

A solução consiste na aquisição de materiais elétricos e eletrônicos destinados ao atendimento das atividades administrativas, de manutenção predial e clínicas da Faculdade de Odontologia. O fornecimento contemplará itens como abraçadeiras, extensões elétricas, pilhas, interruptores tipo campainha, adaptadores, conectores e componentes correlatos, voltados ao funcionamento de equipamentos, maquinários, ferramentas elétricas e sistemas de acionamento de torneiras com os pés, contribuindo para o suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão e para o atendimento às normas de biossegurança.

CPCS

A solução proposta consiste na aquisição de materiais eletroeletrônicos destinados à realização de pequenos reparos no Campus de Chapadão do Sul, contemplando baterias não recarregáveis, pilhas, conversores elétricos estáticos, itens diversos e cabos extensores. O fornecimento desses materiais permitirá à unidade solucionar demandas simples de manutenção com maior agilidade, evitando prejuízos à Administração Pública e contribuindo para a continuidade dos serviços institucionais.

PROGEP

A solução consiste na aquisição de materiais eletroeletrônicos destinados ao suporte das atividades administrativas da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, especialmente em razão da existência de diversos setores, secretarias, servidores e equipamentos na unidade. O

fornecimento de adaptadores de tomada, filtros de linha e demais componentes elétricos e eletrônicos permitirá atender às necessidades de funcionamento da PROGEP, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento de suas atividades institucionais.

PROECE

A solução proposta consiste na aquisição de conjuntos elétricos e eletrônicos, placas, cartões e itens correlatos necessários ao suporte tecnológico dos eventos institucionais promovidos pela universidade, especialmente aqueles vinculados ao esporte, à cultura e à extensão. O fornecimento dos materiais permitirá atender às demandas de comunicação, logística, operacionalização e integração das atividades em diferentes espaços físicos da Cidade Universitária, apoiando eventos como Show de Verão, refeições de grau, Arraiá, Integra, Festival Mais Cultura, Mais Esporte e Volta UFMS.

CPTL

A solução consiste na aquisição de materiais de informática e suprimentos de apoio destinados à modernização, manutenção, proteção elétrica e melhoria do desempenho de computadores utilizados no processamento de dados laboratoriais do Laboratório de Genética e Biologia Molecular do Campus de Três Lagoas. Os itens permitirão melhorar o processamento, armazenamento e interpretação de dados provenientes de eletroforese, PCR, qPCR, CLAE, sequenciamento e estudos estatísticos, além de proteger equipamentos contra oscilações elétricas e garantir a continuidade das rotinas laboratoriais.

AGINOVA

A solução proposta consiste na aquisição de materiais eletroeletrônicos destinados ao atendimento das demandas da Agência de Inovação relacionadas a reuniões, eventos institucionais, ações de divulgação e apoio às atividades de inovação ao longo de 2026. O fornecimento contempla bateria recarregável compatível com câmera digital Canon, modelo LP-E10, para registro audiovisual das atividades, além de cabos HDMI para apresentação de conteúdos em projetores e monitores, contribuindo para as ações de inovação, comunicação institucional e integração com a comunidade acadêmica e externa.

FACFAN

A solução consiste na aquisição de material eletroeletrônico — Parte II para a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição, conforme previsão formal apresentada no DFD. O fornecimento está relacionado à classe de conjuntos elétricos e eletrônicos, placas, cartões e itens correlatos, devendo a descrição detalhada dos itens ser consolidada no Termo de Referência, em aderência à previsão de aquisição indicada pela unidade.

INQUI

A solução proposta consiste na aquisição de materiais eletroeletrônicos destinados aos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão do Instituto de Química. Os itens serão utilizados em atividades práticas pedagógicas fundamentais à formação acadêmica dos estudantes atendidos nas diversas disciplinas ofertadas pela unidade, contribuindo para o desenvolvimento e socialização do conhecimento, conforme a finalidade institucional indicada no DFD.

PROPP / Biotério Central

A solução consiste na aquisição de materiais eletroeletrônicos destinados ao atendimento do Biotério Central, setor responsável pela criação e fornecimento de animais de laboratório utilizados nas pesquisas da Universidade. O fornecimento dos materiais atenderá à área administrativa, às áreas de criação e experimentação, aos laboratórios, às aulas e às visitas técnicas realizadas no setor, garantindo suporte às atividades desenvolvidas pela unidade.

INBIO

A solução proposta consiste na aquisição de materiais de consumo destinados ao atendimento do Instituto de Biociências, contemplando itens necessários ao funcionamento dos laboratórios e à continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O fornecimento deverá observar as demandas dos diferentes setores indicados no DFD, como Botânica, LEBIO, Parasitologia Humana, Ecologia, Anatomia Humana, Bioquímica, Microbiologia, Histologia e demais áreas, respeitando as descrições, quantidades, prioridades e atividades relacionadas à utilização dos materiais.

CPAQ

A solução consiste na aquisição de materiais eletroeletrônicos de consumo destinados ao atendimento das demandas do Campus de Aquidauana, especialmente manutenção da rede, manutenção de computadores administrativos e laboratoriais, apoio a eventos, ações de ensino, pesquisa, extensão e demandas administrativas. O fornecimento dos itens permitirá à unidade manter condições adequadas de funcionamento de seus equipamentos e estruturas, garantindo suporte às atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas no campus.

FACOM

A solução proposta consiste na aquisição de materiais de consumo, especificamente componentes eletrônicos e itens correlatos, destinados ao atendimento da Faculdade de Computação no exercício de 2026. O fornecimento contemplará amplificadores operacionais,

baterias não recarregáveis, circuito integrado, placas de montagem de circuito eletrônico e unidades de disco SSD, possibilitando a continuidade das atividades desenvolvidas nos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão da FACOM. A solução visa assegurar os insumos necessários para experimentos, projetos acadêmicos e práticas eletrônicas, mantendo o suporte às atividades que conectam teoria e prática na formação dos estudantes.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades está descrita nos documentos de formalização de demanda, em anexo, e resumidas pelas unidades abaixo discriminadas:

COAD/FAMED

As quantidades estimadas para a COAD/FAMED foram definidas com base nas demandas apresentadas pelos laboratórios e programas de pós-graduação da Faculdade de Medicina, considerando a necessidade de materiais utilizados em equipamentos eletrônicos, como controles remotos, ligação de data show e demais itens correlatos. Assim, o dimensionamento reflete as necessidades informadas pela unidade para atendimento das atividades acadêmicas e administrativas previstas para o período de 2026/2027.

INFI

As quantidades estimadas para o Instituto de Física foram definidas a partir das demandas dos setores e laboratórios indicados no DFD, incluindo Gabinete e Secretaria Administrativa, Casa de Ciência e Cultura, Laboratório Didático, Laboratório Multiusuário de Análises de Materiais e Laboratório de Tecnologias Avançadas em Energia e Sustentabilidade. O dimensionamento considera a necessidade de reposição de baterias, pilhas, componentes eletrônicos, materiais para manutenção, desenvolvimento de experimentos, segurança de acesso e apoio às rotinas administrativas, laboratoriais e extensionistas da unidade.

FAENG

As quantidades estimadas para a FAENG foram levantadas para atendimento das demandas da unidade no ano de 2026, considerando suas atividades em laboratórios de graduação e pós-graduação, salas de aula, salas administrativas, salas de professores e demais ambientes institucionais. O dimensionamento levou em conta a estrutura da unidade, composta por cursos de graduação, mestrado e doutorado, além de aproximadamente 2.500 alunos, 110 professores e 50 técnicos administrativos, com necessidade de materiais para aulas teóricas, práticas laboratoriais, ensino, pesquisa, extensão e manutenção administrativa.

FAMEZ

As quantidades previstas para a FAMEZ foram apresentadas no DFD como demandas anuais relacionadas a várias previsões de materiais, abrangendo componentes elétricos e eletrônicos diversos e outras classes de itens necessários à unidade. Considerando que o próprio documento informa que o detalhamento constará na DFD, o quantitativo deverá observar os agrupamentos e valores previstos no documento de origem, com posterior consolidação no Termo de Referência, sem ampliação além das classes indicadas pela unidade requisitante.

FAODO

As quantidades estimadas para a FAODO foram definidas com base nas necessidades de materiais elétricos e eletrônicos destinados às atividades administrativas, de manutenção predial e clínicas da unidade. O dimensionamento considera o uso dos itens em projetos de ensino, pesquisa e extensão, no funcionamento de equipamentos, maquinários, ferramentas elétricas e sistemas de acionamento de torneiras com os pés, conforme os quantitativos especificados no DFD para adaptadores, conectores, extensões, pilhas, interruptores e demais componentes correlatos.

CPCS

As quantidades previstas para o Campus de Chapadão do Sul foram estimadas conforme as classes de materiais indicadas no DFD, contemplando baterias não recarregáveis, pilhas, conversores elétricos estáticos, itens diversos e cabos extensores. O quantitativo tem como referência a necessidade da unidade de dispor de materiais adequados para pequenos reparos, permitindo a solução de problemas simples e contribuindo para evitar prejuízos à Administração Pública e manter a continuidade dos serviços.

PROGEP

As quantidades estimadas para a PROGEP foram definidas conforme a necessidade de atendimento aos diversos setores, secretarias, servidores e equipamentos vinculados à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. O dimensionamento considera a demanda por adaptadores de tomada, filtros de linha e demais componentes elétricos e eletrônicos necessários ao suporte das atividades administrativas da unidade, observando o quantitativo apresentado no DFD.

PROECE

As quantidades previstas para a PROECE foram estimadas com base na necessidade de utilização de equipamentos e ferramentas eletroeletrônicas para a realização de eventos institucionais promovidos pela universidade. O quantitativo considera o suporte tecnológico necessário à comunicação, logística, operacionalização e integração das atividades em diferentes espaços físicos da Cidade Universitária, especialmente eventos ligados ao esporte, à cultura e à extensão, como Show de Verão, colações de grau, Arraiá, Integra, Festival Mais Cultura, Mais Esporte e Volta UFMS.

CPTL

As quantidades estimadas para o Campus de Três Lagoas foram definidas a partir da necessidade de modernização, manutenção, proteção elétrica e melhoria do desempenho dos computadores utilizados no processamento de dados laboratoriais do Laboratório de Genética e Biologia Molecular. O dimensionamento considera os itens necessários ao processamento, armazenamento e interpretação de dados de análises laboratoriais, incluindo eletroforese, PCR, qPCR, CLAE, sequenciamento e estudos estatísticos, bem como a proteção elétrica dos equipamentos e o funcionamento de periféricos e dispositivos auxiliares.

AGINOVA

As quantidades estimadas para a AGINOVA foram definidas conforme as demandas da unidade relacionadas à realização de reuniões, eventos institucionais, ações de divulgação e apoio às atividades de inovação ao longo de 2026. O quantitativo contempla bateria recarregável compatível com câmera digital Canon, utilizada para registros audiovisuais, e cabos HDMI para apresentação de conteúdos em projetores e monitores, conforme os itens e quantidades apresentados no DFD.

FACFAN

A quantidade estimada para a FACFAN foi apresentada no DFD vinculada à pesquisa de previsão 1612, referente à aquisição de material eletroeletrônico — Parte II. O documento indica a previsão de 1 item na classe de conjuntos elétricos e eletrônicos, placas, cartões e itens correlatos, no valor total estimado informado pela unidade, devendo o detalhamento técnico e quantitativo final ser consolidado no Termo de Referência.

INQUI

As quantidades estimadas para o Instituto de Química foram definidas com base na necessidade de atendimento aos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão da unidade. O dimensionamento considera a utilização dos materiais em atividades práticas pedagógicas fundamentais à formação acadêmica dos alunos, vinculadas às diversas disciplinas ofertadas pelo Instituto de Química, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento e a socialização do conhecimento.

PROPP / Biotério Central

As quantidades estimadas para a PROPP/Biotério Central foram definidas considerando a necessidade de atendimento da área administrativa, áreas de criação e experimentação, laboratórios, aulas e visitas técnicas do setor. O quantitativo contempla materiais eletroeletrônicos destinados ao funcionamento das atividades do Biotério Central, unidade responsável pela criação e fornecimento de animais de laboratório utilizados nas pesquisas da Universidade, conforme os itens e quantidades informados no DFD.

INBIO

As quantidades estimadas para o INBIO foram definidas conforme as demandas apresentadas pelos diferentes setores da unidade, observando as descrições CATMAT, unidades de fornecimento, quantidades, atividades relacionadas e prioridades indicadas no DFD. O dimensionamento busca atender ao funcionamento dos laboratórios e à continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no Instituto de Biociências, respeitando as necessidades específicas de áreas como Botânica, LEBIO, Parasitologia Humana, Ecologia, Anatomia Humana, Bioquímica, Microbiologia, Histologia e demais setores demandantes.

CPAQ

As quantidades estimadas para o Campus de Aquidauana foram definidas com base nas demandas de manutenção da rede, manutenção de computadores administrativos e laboratoriais, eventos, ações de ensino, pesquisa, extensão e demandas administrativas do campus. O dimensionamento contempla os materiais de consumo eletroeletrônicos indicados no DFD, observando os quantitativos apresentados para adaptadores, baterias, cabos, braçadeiras, luminárias e demais itens necessários ao suporte das atividades institucionais da unidade.

FACOM

As quantidades estimadas para a FACOM foram definidas conforme os itens apresentados no DFD nº 481/2026, visando atender à demanda dos laboratórios de ensino e pesquisa ligados à unidade. O documento prevê a aquisição de 50 unidades de amplificador

operacional LM 311; 40 unidades de bateria não recarregável alcalina de 9V, distribuídas em dois itens de 20 unidades cada; 3 unidades de circuito integrado TP3057; 3 unidades de placa de montagem de circuito eletrônico; e 4 unidades de disco SSD M.2 NVMe de 500 GB. O dimensionamento está vinculado à necessidade de reposição e atualização dos insumos utilizados nas atividades acadêmicas, experimentais e laboratoriais da Faculdade de Computação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 228.843,81

O valor total estimado da contratação, realizado conforme o relatório abaixo discriminado é de :**R\$ 228.843,81 (Duzentos e vinte e oito mil, oitocentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos).**

Aquisição de Materiais Eletroeletrônicos - Parte II							
Item	Código	Descrição	Complemento	Unidade	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
1	444.244	ACESSÓRIO/COMPONENTE ELÉTRICO ELETRÔNICO, TIPO PONTE RETIFICADORA, MATERIAL PLÁSTICO, APLICAÇÃO CONVERSÃO DA TENSÃO AC EM TENSÃO DC, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MONOFÁSICA, QUADRADA, 4 TERMINAIS,TENSÃO MÁX.1000 V	Ponte Retificadora TB1010.	UN	13	R\$ 12,23	R\$ 158,96
2	444.244	ACESSÓRIO/COMPONENTE ELÉTRICO ELETRÔNICO, TIPO PONTE RETIFICADORA, MATERIAL PLÁSTICO, APLICAÇÃO CONVERSÃO DA TENSÃO AC EM TENSÃO DC, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MONOFÁSICA, QUADRADA, 4 TERMINAIS,TENSÃO MÁX.1000 V	Ponte Retificadora W10M.	UN	12	R\$ 1,63	R\$ 19,50
3	410.684	ACESSÓRIO/COMPONENTE ELÉTRICO ELETRÔNICO, TIPO PROTETOR DE TOMADA, MATERIAL PLÁSTICO POLIPROPILENO, COR BRANCA, APLICAÇÃO TOMADA NOVO PADRÃO BRASILEIRO, TIPO FIXAÇÃO ENCAIXE		UN	12	R\$ 1,42	R\$ 17,04
4	400.440	ACESSÓRIO/COMPONENTE ELÉTRICO ELETRÔNICO, TIPO SUPORTE PARA DIODO EMISSOR DE LUZ (LED), MATERIAL PLÁSTICO, DIÂMETRO ROSCA 5 MM, TIPO FIXAÇÃO EM CHASSI, ACESSÓRIOS PORCAS		CX 25.00 UN	4	R\$ 22,78	R\$ 91,10
5	435.920	ADAPTADOR CONECTOR, TIPO CONECTORES HDMI 19 PINOS/ VGA 15 PINOS, APLICAÇÃO VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PEQUENO TIPO TOMADA	Sendo a conexão HDMI fêmea e a conexão VGA macho	UN	30	R\$ 29,46	R\$ 883,88
		ADAPTADOR CONECTOR, TIPO CONECTORES HDMI 19 PINOS/ VGA 15					

6	435.920	PINOS, APLICAÇÃO VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PEQUENO TIPO TOMADA	Sendo a conexão HDMI Macho e a conexão VGA Fêmea.	UN	30	R\$ 21,67	R\$ 649,95
7	387.200	ADAPTADOR, CONEXÃO ADAPTADOR DE TOMADA TRIPOLAR, APLICAÇÃO ATENDER NOVO PADRÃO BRASILEIRO DE TOMADA, REFERÊNCIA SMS 64119		UN	108	R\$ 13,63	R\$ 1.472,04
8	445.783	ADAPTADOR, CONEXÃO HDMI MACHO X DVI-D FÊMEA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESOLUÇÃO MÍNIMA: 1080P, APLICAÇÃO USO EM VÍDEO	Adaptador HDMI Macho/HDMI Fêmea Gold - 90 Graus	UN	19	R\$ 11,77	R\$ 223,68
9	445.783	ADAPTADOR, CONEXÃO HDMI MACHO X DVI-D FÊMEA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESOLUÇÃO MÍNIMA: 1080P, APLICAÇÃO USO EM VÍDEO	Adaptador HDMI Macho/HDMI Macho Gold - 180 Graus	UN	12	R\$ 15,83	R\$ 189,96
10	445.782	ADAPTADOR, CONEXÃO HDMI MACHO X VGA FÊMEA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESOLUÇÃO MÍNIMA: 1080P, APLICAÇÃO USO EM VÍDEO	Sendo a conexão HDMI Macho e a conexão VGA Fêmea.	UN	24	R\$ 60,83	R\$ 1.459,80
11	407.950	ADAPTADOR, QUANTIDADE PÓLOS 2 P + T, TENSÃO NOMINAL 250 V, TIPO FÊMEA-MACHO, CORRENTE NOMINAL 10 A, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ADAPTADOR DE TOMADA DO NOVO PADRÃO, COR BRANCA, MATERIAL TERMOPLÁSTICO, NORMAS TÉCNICAS NBR 14136	Adaptador "REVERSO" (adaptador tomada padrão Novo para padrão Antigo)	UN	141	R\$ 8,40	R\$ 1.184,40
12	407.950	ADAPTADOR, QUANTIDADE PÓLOS 2 P + T, TENSÃO NOMINAL 250 V, TIPO FÊMEA-MACHO, CORRENTE NOMINAL 10 A, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ADAPTADOR DE TOMADA DO NOVO PADRÃO, COR BRANCA, MATERIAL TERMOPLÁSTICO, NORMAS TÉCNICAS NBR 14136	Adaptador tomada padrão Antigo para padrão Novo.	UN	146	R\$ 13,62	R\$ 1.988,52
13	382.980	ADAPTADOR, TIPO FÊMEA-FÊMEA, APLICAÇÃO USO EM AUDIO, MATERIAL METÁLICO, CONECTOR XLR	PLUGUE XLR FÊMEA , CONECTOR DE LINHA, 3 PINOS, METAL, CAPA PLÁSTICA DE ALTA RESISTÊNCIA E PRENSA CABO. POSSUI CLAMP TIPO GARRA PARA PRENDER O CABO. ACABAMENTO NIQUELADO, CONTATOS ZINCO, CONECTORES COM ENCAIXE PARA SOLDA, SISTEMA DE JAWS DE RETENÇÃO DO CABO, MONTAGEM RÁPIDA SEM CHAVE DE FENDA, DIMENSÃO (AXLXP) (2X2X8CM), PESO 0,04 KG.	UN	12	R\$ 36,81	R\$ 441,69
14	389.986	ADAPTADOR, TIPO MACHO-FÊMEA, APLICAÇÃO USO EM VÍDEO, MATERIAL METÁLICO, CONECTOR DVI-HDMI		UN	24	R\$ 16,20	R\$ 388,80

15	436.239	ADAPTADOR, TIPO P3 (P2 COMBO), CONEXÃO P2 ESTÉRIO X 2 JACK J2, APLICAÇÃO FONE MICROFONE HEADSET, MATERIAL METAL DOURADO		UN	26	R\$ 15,32	R\$ 398,26
16	393.760	AMPLIFICADOR OPERACIONAL, REFERÊNCIA LM 301, TENSÃO SAÍDA +15/-15 V		UN	12	R\$ 5,34	R\$ 64,08
17	300.120	AMPLIFICADOR OPERACIONAL, REFERÊNCIA LM 311, APLICAÇÃO MANUTENÇÃO ELETRO- ELETRÔNICA		UN	72	R\$ 3,25	R\$ 234,18
18	375.007	AMPLIFICADOR OPERACIONAL, REFERÊNCIA TL074, ENCAPSULAMENTO DIP, NÚMERO PINOS 14		UN	12	R\$ 2,77	R\$ 33,18
19	349.213	AMPLIFICADOR OPERACIONAL, REFERÊNCIA TL084, ENCAPSULAMENTO DIP, NÚMERO PINOS 14		UN	12	R\$ 2,61	R\$ 31,32
20	397.401	APRESENTADOR MULTIMÍDIA, DISTÂNCIA MÍNIMA 15 M, FREQUÊNCIA 2,4 GHZ, COMPATIBILIDADE WINDOWS 2000/XP/VISTA/7, MAC OS, LINUX, FONTE ALIMENTAÇÃO 2 PILHAS AAA	Design ergonômico; Dimensões aproximadas do produto AxLxP: 14x3x21cm; Peso líquido aproximado do produto: 170g	UN	40	R\$ 50,72	R\$ 2.028,80
21	626.107	APRESENTADOR MULTIMÍDIA, DISTÂNCIA MÍNIMA 20 M, FREQUÊNCIA 2,4 GHZ, COMPATIBILIDADE WINDOWS 10 OU SUPERIOR, FONTE ALIMENTAÇÃO BATERIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SENSOR DE ACELERÔMETRO 3D E GIROSCÓPIO, CONEXÃO USB	Vida útil da bateria (recarregável): 3 meses Detalhes da pilha: Polímero de lítio recarregável, 85 mAh	UN	18	R\$ 122,81	R\$ 2.210,63
22	336.375	ARAME, MATERIAL NÍQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	Arame Níquel/Cromo 80/20 - diâmetro 0,02 mm (ou AWG 51)	KG	2	R\$ 947,98	R\$ 1.895,95
23	336.375	ARAME, MATERIAL NÍQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	Arame Níquel/Cromo 80/20 - diâmetro 0,05 mm (ou AWG 44)	KG	2	R\$ 1.220,00	R\$ 2.440,00
24	336.375	ARAME, MATERIAL NÍQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	Arame Níquel/Cromo 80/20 - diâmetro 0,08 mm (ou AWG40)	KG	2	R\$ 1.545,00	R\$ 3.090,00
25	336.375	ARAME, MATERIAL NÍQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	Arame Níquel/Cromo 80/20 - diâmetro 0,1 mm (ou AWG38)	KG	2	R\$ 926,08	R\$ 1.852,16
26	336.375	ARAME, MATERIAL NÍQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	Arame Níquel/Cromo 80/20 - diâmetro 0,2 mm (ou AWG32)	M	120	R\$ 3,49	R\$ 419,20
27	336.375	ARAME, MATERIAL NÍQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	Arame Níquel/Cromo 80/20 - diâmetro 0,32 mm (ou AWG28)	KG	2	R\$ 645,25	R\$ 1.290,49

28	238.296	BATERIA AUTOMOTIVA, VOLTAGEM 12 VOLT, CAPACIDADE 60 A/H		UN	12	R\$ 476,45	R\$ 5.717,34
29	401.345	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EM GERAL, SISTEMA ELETROQUÍMICO ALCALINA, TENSÃO NOMINAL 1,5 V, MODELO LR1130/AG10, CAPACIDADE NOMINAL 70 MAH, FORMATO MOEDA		UN	90	R\$ 0,46	R\$ 41,40
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				
30	356.731	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO LITHIUM, TENSÃO NOMINAL 3 V, MODELO CR-2025		EMB 5.00 UN	38	R\$ 11,98	R\$ 455,05
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				
31	345.018	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO LITHIUM, TENSÃO NOMINAL 3 V, MODELO CR-2032		EMB 10.00 UN	72	R\$ 11,38	R\$ 819,54
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				
32	302.573	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, TIPO ALCALINA, VOLTAGEM 1,50 V, APLICAÇÃO TERMÔMETRO DIGITAL "FLELIBLE B-D", CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FORMATO EM PASTILHA, LR41/ ÓXIDO DE PRATA		UN	84	R\$ 0,82	R\$ 69,09
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				
33	234.354	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, TIPO ALCALINA, VOLTAGEM 9 V, APLICAÇÃO APARELHO ELETRO-ELETRÔNICO	cátodo de Alto Desempenho, Supercondutores de grafite e dióxido de ultra pura manganês (MnO2) .	UN	294	R\$ 35,86	R\$ 10.542,84
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				

34	234.354	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, TIPO ALCALINA, VOLTAGEM 9 V, APLICAÇÃO APARELHO ELETRO-ELETRÔNICO		UN	85	R\$ 17,36	R\$ 1.475,60
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				
35	482.036	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, TIPO BOTÃO, TENSÃO NOMINAL 1,5 VCC, MODELO LR44, CAPACIDADE NOMINAL 120 MAH		UN	103	R\$ 1,15	R\$ 118,45
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				
36	397.132	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, TIPO BUTTON CELL, APLICAÇÃO CALCULADORA HP-12C, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SECA/ REFERÊNCIA LR-44, SISTEMA ELETROQUÍMICO ALCALINA, TENSÃO NOMINAL 1,5 V		EMB 6.00 UN	28	R\$ 19,50	R\$ 546,00
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				
37	313.900	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, TIPO LITHIUM, VOLTAGEM 3,6 V, APLICAÇÃO SENSOR INFRAVERMELHO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MODELO LS 14250		UN	18	R\$ 78,03	R\$ 1.404,45
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			85.07				
38	622.736	BATERIA RECARREGÁVEL, APLICAÇÃO 1 CÂMERAS SONY, REFERÊNCIA BP-95W V, SISTEMA ELETROQUÍMICO LITHIUM-ION, TENSÃO NOMINAL 14,8 V, CAPACIDADE NOMINAL 1 6.600 MAH	Bateria Recarregável Original para Câmera Canon Modelo LP-E6, dc 7,2V, 1800 mAh, íon de lítio, 13Wh	UN	3	R\$ 964,05	R\$ 2.892,14
39	465.782	BATERIA RECARREGÁVEL, APLICAÇÃO FILMADORA PROFISSIONAL, DURAÇÃO CARGA 6 H, REFERÊNCIA BP-U90, SISTEMA ELETROQUÍMICO LITHIUM-ION, POTÊNCIA 85 W/H, TENSÃO NOMINAL 14,4 VCC	Bateria Np-f570 Para Sony Capacidade: 2200mAh	UN	5	R\$ 158,18	R\$ 790,89

40	434.685	BATERIA RECARREGÁVEL, MODELO LP-E10, SISTEMA ELETROQUÍMICO LITION ION, CAPACIDADE NOMINAL 1,5 AH, POTÊNCIA 11,1 W/H, DIMENSÕES 5 X 3,6 X 1,5 CM, TENSÃO NOMINAL 7,4 V, APLICAÇÃO 1 CÂMERA DIGITAL CANON	Bateria LP-E17 para Câmera EOS Rebel T6i da marca CANON: Amperagem: 1040.00 mAh; Material: Lítio-Íon; Voltagem de saída: 7.2V	UN	2	R\$ 606,08	R\$ 1.212,15
41	443.611	BATERIA RECARREGÁVEL, MODELO NP-F970, CAPACIDADE NOMINAL 2000 MAH, TENSÃO NOMINAL 9,6 V, APLICAÇÃO 1 FLASH SPEEDLITE		UN	3	R\$ 248,48	R\$ 745,43
42	333.185	BATERIA RECARREGÁVEL, TENSÃO 9 V, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	Bateria LiPo - 3s. 2200 mah ou superior - 11.1v, conector TX60	UN	14	R\$ 248,24	R\$ 3.475,40
43	333.185	BATERIA RECARREGÁVEL, TENSÃO 9 V, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	Bateria para Drone Agrícola SenseFly eBee, modelo RTK, com 3 células, com capacidade de 2150 mAh, tensão de 11,1 V, e capacidade de 24 Wh, e COM CONECTOR MPX universal de 6 vias.	UN	3	R\$ 1.295,85	R\$ 3.887,56
44	333.185	BATERIA RECARREGÁVEL, TENSÃO 9 V, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	Baterias externas tipo power bank de mínimo 10.000 mah, com saída usb.	UN	33	R\$ 134,01	R\$ 4.422,41
45	409.106	BATERIA RECARREGÁVEL, TIPO ESTACIONÁRIA E SELADA, APLICAÇÃO NO BREAK, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NÃO EXALE GASES, SISTEMA ELETROQUÍMICO CHUMBO-ÁCIDO, CAPACIDADE NOMINAL 7,2 AH, TENSÃO NOMINAL 12 V	De acordo com as normas ABNT NBR 14204:2019.	UN	42	R\$ 134,41	R\$ 5.645,33
46	328.701	BATERIA RECARREGÁVEL, TIPO SELADA, TENSÃO 12 V, APLICAÇÃO PAINEL SOLAR, PESO 9,2 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONECTOR DE ENCAIXA RÁPIDO, SISTEMA ELETROQUÍMICO CHUMBO-ÁCIDO, CAPACIDADE NOMINAL 24 AH, DIMENSÕES (AXLXC) 125 X	Bateria Estacionaria 12 Volts, 150 A para Paine Solar	UN	4	R\$ 2.399,26	R\$ 9.597,05
47	438.276	BATERIA RECARREGÁVEL, TIPO SELADA VRLA(REGULADAS POR VÁLVULAS), USO NOBREAK, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TENSÃO FLUTUAÇÃO DE 13,5V, SISTEMA ELETROQUÍMICO CHUMBO-ÁCIDO, CAPACIDADE NOMINAL 7 AH, DIMENSÕES (CXLXA S/TERMINAL) 151 X 65 X		UN	24	R\$ 127,06	R\$ 3.049,50
48	435.068	BATERIA RECARREGÁVEL, TIPO SELADA VRLA(REGULADAS POR VÁLVULAS), USO NOBREAK, SISTEMA	DIMENSÕES 90 X 70 X 100 MM	UN	3	R\$ 93,67	R\$ 281,00

		ELETROQUÍMICO CHUMBO-ÁCIDO, CAPACIDADE NOMINAL 5 AH, DIMENSÕES 94 X 151 X 65 MM					
49	440.963	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO, COR AMARELO, DIÂMETRO INTERNO 2 MM, APLICAÇÃO PINO BANANA, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO > 300.000MOHM A 500VCC 25 C 70% U.R., RIGIDEZ DIELETRICA 2000 VRMS, CORRENTE NOMINAL 10 A, MATERIAL	Borne para Pino Banana 4mm B19 Amarelo 20A. Características: Borne: Ø 4 mm. Isolação em Polipropileno. Bucha em Latão. Acabamento Superficial Niquelado, Terminal estanhado. Especificações Técnicas: Resistência de Isolamento:> 300.000 M ohm a 500 Vcc 25 °C 70 % U. R. Resistência de Contato Inicial máx.: 1m ohm Rigidez Dielétrica Típica: 2000 VRMS. Corrente Nominal: 20 A	UN	12	R\$ 11,74	R\$ 140,91
50	440.958	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO, COR AZUL, DIÂMETRO INTERNO 2 MM, APLICAÇÃO PINO BANANA, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO > 300.000MOHM A 500VCC 25 C 70% U.R., RIGIDEZ DIELETRICA 2000 VRMS, CORRENTE NOMINAL 10 A, MATERIAL		UN	252	R\$ 7,20	R\$ 1.815,03
51	393.980	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO, COR AZUL, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO PINO BANANA, RIGIDEZ DIELETRICA 2000 VRMS, CORRENTE NOMINAL 10 A, MATERIAL ISOLAMENTO POLIPROPILENO, ACABAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO		UN	12	R\$ 8,20	R\$ 98,34
52	440.961	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO, COR PRETO, DIÂMETRO INTERNO 2 MM, APLICAÇÃO PINO BANANA, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO > 300.000MOHM A 500VCC 25 C 70% U.R., RIGIDEZ DIELETRICA 2000 VRMS, CORRENTE NOMINAL 10 A, MATERIAL	Borne para Pino Banana 4mm B19 Preto 20A. Características: Borne: Ø 4 mm. Isolação em Polipropileno. Bucha em Latão. Acabamento Superficial Niquelado, Terminal estanhado. Especificações Técnicas: Resistência de Isolamento:> 300.000 M ohm a 500 Vcc 25 °C 70 % U. R. Resistência de Contato Inicial máx.: 1m ohm Rigidez Dielétrica Típica: 2000 VRMS. Corrente Nominal: 20 A	UN	12	R\$ 9,99	R\$ 119,88
53	440.959	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO, COR VERDE, DIÂMETRO INTERNO 2 MM, APLICAÇÃO PINO BANANA, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO > 300.000MOHM A 500VCC 25 C 70% U.R., RIGIDEZ DIELETRICA 2000 VRMS, CORRENTE NOMINAL 10 A, MATERIAL		UN	252	R\$ 6,21	R\$ 1.564,29
		BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO, COR VERMELHO, DIÂMETRO	Cabo 90cm, Pino Banana bitola 2mm com Derivação x Protoboard 0,8mm Vermelho. Características dos pinos Pino: Ø 2 mm Isolação: Termoplastico - Bucha: Latão Niquelado Especificações Técnicas:				

54	440.962	INTERNO 2 MM, APLICAÇÃO PINO BANANA, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO > 300.000MOHM A 500VCC 25 C 70% U.R., RIGIDEZ DIELETRICA 2000 VRMS, CORRENTE NOMINAL 10 A, MATERIAL	Resistência de Isolamento:> 300.000 M ohm a 500 Vcc 25 °C 70 % U.R. Resistência de Contato Inicial máx.: 1m ohm Rigidez Dielétrica Típica: 2000 VRMS Corrente Nominal: 10 A Pino: Ø 2 mm E 0,8 mm com Derivação Axial - Reaproveitáveis - montagem em cabos extra flexível 0,25 mm para Prot-O-Board.	UN	12	R\$ 14,22	R\$ 170,67
55	421.783	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO, COR VERMELHO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO PINO BANANA, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO > 300.000MOHM A 500VCC 25 C 70% U.R., RIGIDEZ DIELETRICA 2000 VRMS, CORRENTE NOMINAL 25 A, MATERIAL		UN	192	R\$ 32,94	R\$ 6.324,48
56	316.218	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO ESTANHADO, COR PRETO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELÉTRICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO POLOPAS, RESISTÊNCIA CONTATO MÁXIMO 1 MOHM, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO 100000 A 500VCC 25 C 70% U.R.		UN	192	R\$ 8,15	R\$ 1.564,80
57	316.219	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO ESTANHADO, COR VERMELHO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELÉTRICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO POLOPAS, RESISTÊNCIA CONTATO MÁXIMO 1 MOHM, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO 100000 A 500VCC	Borne Grande para Pino Banana, diâmetro interno 4mm B10, Cor PRETO, 25A, (Comprimento 54,5mm), Ângulo do Conector 180°	UN	182	R\$ 33,57	R\$ 6.108,83
58	316.219	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO ESTANHADO, COR VERMELHO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELÉTRICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO POLOPAS, RESISTÊNCIA CONTATO MÁXIMO 1 MOHM, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO 100000 A 500VCC	Borne Grande para Pino Banana, diâmetro interno 4mm B10, Cor VERMELHO, 25A, (Comprimento 54,5 mm), Ângulo do Conector 180°	UN	182	R\$ 33,65	R\$ 6.123,85
59	316.219	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO ESTANHADO, COR VERMELHO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELÉTRICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO POLOPAS, RESISTÊNCIA CONTATO MÁXIMO 1 MOHM, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO 100000 A 500VCC		UN	11	R\$ 7,80	R\$ 85,80
60	399.341	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO NIQUELADO, TIPO KF-301, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PARAFUSOS EM AÇO ZINCADO,	Borne KF-128 2 terminais 180 Graus	UN	72	R\$ 1,43	R\$ 103,14

		RIGIDEZ DIELÉTRICA 2000 VCA, CORRENTE NOMINAL 10 A, TENSÃO NOMINAL 250 VCA, QUANTIDADE					
61	399.343	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO NIQUELADO, TIPO KF-301, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, RIGIDEZ DIELÉTRICA 2000 VCA, CORRENTE NOMINAL 10 A, TENSÃO NOMINAL 250 VCA, QUANTIDADE TERMINAIS 3, MATERIAL ISOLAMENTO POLIESTER UL94 V-0	Borne KF-128 3 terminais 180 Graus	UN	72	R\$ 2,17	R\$ 155,88
62	268.754	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO METÁLICO, TIPO FÊMEA, COR PRETO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		UN	12	R\$ 4,11	R\$ 49,29
63	268.753	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO METÁLICO, TIPO FÊMEA, COR VERDE, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		UN	12	R\$ 3,16	R\$ 37,95
64	268.755	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO METÁLICO, TIPO FÊMEA, COR VERMELHO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PROTEÇÃO EM PLÁSTICO	Borne para Pino Banana 4mm B19 Vermelho 20A. Características: Borne: Ø 4 mm. Isolação em Polipropileno. Bucha em Latão. Acabamento Superficial	UN	12	R\$ 15,06	R\$ 180,75
65	369.538	BORNE TERMINAL, TIPO KRE, APLICAÇÃO CIRCUITO IMPRESSO, QUANTIDADE TERMINAIS 2	Borne CBM 02 Cinza 2 Terminais. Alojamento termoplastico reforçado com fibra de vidro UL94 HB, terminal de latão estanhado, borne aço bicromatizado, rigidez dielétrica 3000 Vca/Min, corrente nominal 10A Máx, secção máx do fio max 2,5mm, temperatura de utilização -25 C a + 90 C	UN	12	R\$ 1,85	R\$ 22,20
66	437.013	BORNE TERMINAL, TIPO KRE, APLICAÇÃO CIRCUITO IMPRESSO, QUANTIDADE TERMINAIS 3	Adaptador Borne de Alimentação Para Plug P4 2,1mm - FL-01.	UN	12	R\$ 2,86	R\$ 34,35
67	437.013	BORNE TERMINAL, TIPO KRE, APLICAÇÃO CIRCUITO IMPRESSO, QUANTIDADE TERMINAIS 3	Borne 2EDGK-5,0 Fêmea 2 terminais.	UN	12	R\$ 2,24	R\$ 26,91
68	437.013	BORNE TERMINAL, TIPO KRE, APLICAÇÃO CIRCUITO IMPRESSO, QUANTIDADE TERMINAIS 3	Borne 2EDGK-5,0 Fêmea 3 terminais	UN	72	R\$ 3,12	R\$ 224,28
69	437.013	BORNE TERMINAL, TIPO KRE, APLICAÇÃO CIRCUITO IMPRESSO, QUANTIDADE TERMINAIS 3	Borne 2EDGK-5,0 Fêmea 3 Terminais. 250V AC. 10 A	UN	72	R\$ 2,19	R\$ 157,68

70	437.013	BORNE TERMINAL, TIPO KRE, APLICAÇÃO CIRCUITO IMPRESSO, QUANTIDADE TERMINAIS 3	Borne 2EDGVC-5,0 Macho 180 Graus 2 terminais	UN	72	R\$ 1,74	R\$ 125,10
71	437.013	BORNE TERMINAL, TIPO KRE, APLICAÇÃO CIRCUITO IMPRESSO, QUANTIDADE TERMINAIS 3	Borne 2EDGVC-5,0 Macho 180 Graus 3 terminais	UN	72	R\$ 1,78	R\$ 128,34
72	366.110	BOTÃO COMANDO, APLICAÇÃO SISTEMA PNEUMÁTICO, TIPO INDUSTRIAL, COR PRETA, FORMATO RETANGULAR, KNOB, MATERIAL ARO METAL CROMADO, DIÂMETRO FUROS FIXAÇÃO 30,5 MM	Knob para eixo Estriado - COR AMARELA Medidas Externas Altura: 19 mm Diâmetro: 14 mm Profundidade: 15 mm	UN	24	R\$ 2,88	R\$ 69,12
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8536.50.90				
73	366.110	BOTÃO COMANDO, APLICAÇÃO SISTEMA PNEUMÁTICO, TIPO INDUSTRIAL, COR PRETA, FORMATO RETANGULAR, KNOB, MATERIAL ARO METAL CROMADO, DIÂMETRO FUROS FIXAÇÃO 30,5 MM	Knob para eixo Estriado - COR AZUL Medidas Externas Altura: 19 mm Diâmetro: 14 mm Profundidade: 15 mm	UN	24	R\$ 3,11	R\$ 74,58
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8536.50.90				
74	366.110	BOTÃO COMANDO, APLICAÇÃO SISTEMA PNEUMÁTICO, TIPO INDUSTRIAL, COR PRETA, FORMATO RETANGULAR, KNOB, MATERIAL ARO METAL CROMADO, DIÂMETRO FUROS FIXAÇÃO 30,5 MM	Knob para eixo Estriado - COR VERMELHA Medidas Externas Altura: 19 mm Diâmetro: 14 mm Profundidade: 15 mm	UN	24	R\$ 3,61	R\$ 86,58
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8536.50.90				
75	409.537	BRAÇADEIRA ELETRODUTO, MATERIAL NYLON, COR PRETA, COMPRIMENTO 100 MM, LARGURA 2,5 MM, REFERÊNCIA FABRICANTE HELLERMANN INSULOK T18R, CARGA RUPTURA 80 N, DIÂMETRO AMARRAÇÃO 22 MM		CX 100.00 UN	64	R\$ 6,95	R\$ 444,80
76	409.537	BRAÇADEIRA ELETRODUTO, MATERIAL NYLON, COR PRETA, COMPRIMENTO 100 MM, LARGURA 2,5 MM, REFERÊNCIA FABRICANTE HELLERMANN INSULOK T18R, CARGA RUPTURA 80 N, DIÂMETRO AMARRAÇÃO 22 MM		CX 50.00 UN	6	R\$ 3,56	R\$ 21,33

77	238.494	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,	COR AMARELO, MATERIAL COBRE ESTANHADO	RO 100.00 M	6	R\$ 148,12	R\$ 888,74
78	238.494	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,	COR AZUL, MATERIAL COBRE ESTANHADO	RO 100.00 M	6	R\$ 162,70	R\$ 976,19
79	238.494	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,	COR BRANCO, MATERIAL COBRE ESTANHADO	RO 100.00 M	6	R\$ 150,78	R\$ 904,70
80	238.494	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,	COR CINZA, MATERIAL COBRE ESTANHADO	RO 100.00 M	6	R\$ 156,68	R\$ 940,08
81	238.494	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,	COR MARROM, MATERIAL COBRE ESTANHADO	RO 100.00 M	6	R\$ 149,26	R\$ 895,55
82	238.494	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,	COR PRETA, MATERIAL COBRE ESTANHADO	RO 100.00 M	6	R\$ 167,77	R\$ 1.006,64
83	238.494	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR PRETA,	COR ROXO, MATERIAL COBRE ESTANHADO		6	R\$ 147,24	R\$ 883,43

		SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,		RO 100.00 M			
84	238.494	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,	COR VERDE, MATERIAL COBRE ESTANHADO	RO 100.00 M	6	R\$ 151,12	R\$ 906,72
85	238.495	CABINHO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ESTANHADO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA TRABALHO 70 C, TENSÃO 450 V, COR VERMELHA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 1,50 MM2, BITOLA CONDUTOR 16 AWG, QUANTIDADE FIOS 32 UN,	COBRE ESTANHADO.	RO 100.00 M	12	R\$ 148,31	R\$ 1.779,72
86	366.433	CABO ÁUDIO E VÍDEO, APLICAÇÃO INSTRUMENTOS/MESA DE SOM, COMPRIMENTO 5 M, CONECTORES P10- P10 ESTÉREO		UN	12	R\$ 71,76	R\$ 861,12
87	302.430	CABO ÁUDIO E VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS C/ BLINDAGEM EXTERNA; MALHA E BLINDAGEM EM FOLHA, BITOLA CABO 22 AWG	Cabo de 0.30mm²/22AWG. Balanceado com liga de cobre OFHC com blindagem trançada e fita de alumínio . Com plugs P10(macho/estéreo)/P2 (macho/estéreo) - 6 metros.	UN	6	R\$ 87,68	R\$ 526,10
88	302.430	CABO ÁUDIO E VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS C/ BLINDAGEM EXTERNA; MALHA E BLINDAGEM EM FOLHA, BITOLA CABO 22 AWG	Cabo de 0.30mm²/22AWG. Balanceado com liga de cobre OFHC com blindagem trançada e fita de alumínio. Com plugs P10 (macho/mono)/XLR(fêmea) niquelado - 10 Metros	UN	12	R\$ 78,26	R\$ 939,09
89	302.430	CABO ÁUDIO E VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS C/ BLINDAGEM EXTERNA; MALHA E BLINDAGEM EM FOLHA, BITOLA CABO 22 AWG	Cabo de 0.30mm²/22AWG. Balanceado com liga de cobre OFHC com blindagem trançada e fita de alumínio. Com plugs XLR(fêmea)/XLR(macho) niquelado - 7 Metros	UN	26	R\$ 81,63	R\$ 2.122,25
90	433.632	CABO ÁUDIO E VÍDEO, MATERIAL CONDUTOR COBRE, APLICAÇÃO TRANSMISSÃO DADOS ATÉ 10,8GB/S, TIPO CABO DISPLAYPORT, COMPRIMENTO 1,8 M, CONECTORES RBR, HBR, HBR2,DISPLAYPORT 1.1, QUANTIDADE PINOS 20	Conectores Displayport Macho X 20 pinos internos, suporta 144HZ, com Plug and Play, trava de segurança, áudio digital sem compressão e sinal de video em alta definição, compatível com placa de video, notebook, pc, tvbox, projetor, monitor, TVs. Comprimento: 1,50 Metro.	UN	28	R\$ 38,07	R\$ 1.065,96
91	444.436	CABO ÁUDIO E VÍDEO, MATERIAL CONDUTOR COBRE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BALANCEADO, COMPRIMENTO 25 M, CONECTORES XLR FÊMEA-XLR MACHO		RO 50.00 M	3	R\$ 350,68	R\$ 1.052,03

92	628.181	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TENSÃO ISOLAMENTO 500 V, TIPO PP, COR DA COBERTURA PRETA, FORMAÇÃO DO CABO 2 X 1,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE, MATERIAL ISOLAMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA	CABO ELÉTRICO PP 2 X 2,5 MM	RO 100.00 M	4	R\$ 596,54	R\$ 2.386,14
93	419.878	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, NORMAS TÉCNICAS NBR-6148, NBR 6245, NBR-6812 E NBR-6880, TÊMPERA CONDUTOR MOLE, COR DA COBERTURA VERDE, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE ELETROLÍTICO, MATERIAL	"Cor Da Cobertura: Verde Seção Nominal: 1,5 MM2"	RO 100.00 M	6	R\$ 155,32	R\$ 931,92
94	471.952	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, TIPO ANTI-CHAMA, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO ELÉTRICA, COR DA COBERTURA BRANCA, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE, MATERIAL COBERTURA PVC ANTI-CHAMA	Branco, Seção Nominal: 1,5 MM2	RO 100.00 M	18	R\$ 169,24	R\$ 3.046,28
95	471.952	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, TIPO ANTI-CHAMA, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO ELÉTRICA, COR DA COBERTURA BRANCA, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE, MATERIAL COBERTURA PVC ANTI-CHAMA	Branco, Seção Nominal: 2,5 MM2	RO 100.00 M	19	R\$ 244,81	R\$ 4.651,30
96	471.953	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, TIPO ANTI-CHAMA, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO ELÉTRICA, COR DA COBERTURA VERMELHA, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE, MATERIAL COBERTURA PVC ANTI-CHAMA		RO 100.00 M	16	R\$ 237,82	R\$ 3.805,04
97	636.165	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TIPO ANTI-CHAMA, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO ELÉTRICA, TÊMPERA CONDUTOR MOLE CLASSE 5, COR DA COBERTURA AZUL, FORMAÇÃO DO CABO 1 X 2,5 MM2, TENSÃO ISOLAMENTO 720 V, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR	Cabo Flexível Emborrachado para Multiteste, 0,25mm, cor Preto	RO 100.00 M	5	R\$ 162,46	R\$ 812,30
98	636.165	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TIPO ANTI-CHAMA, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO ELÉTRICA, TÊMPERA CONDUTOR MOLE CLASSE 5, COR DA COBERTURA AZUL, FORMAÇÃO DO CABO 1 X 2,5 MM2, TENSÃO ISOLAMENTO 720 V, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR	Cabo Flexível Emborrachado para Multiteste, 0,25mm, cor Vermelho	RO 100.00 M	5	R\$ 205,84	R\$ 1.029,18

99	390.325	CABO EXTENSOR, TIPO BLINDADO PONTAS DOURADAS, TIPO SAÍDA HDMI MACHO X HDMI MACHO 19 PINOS, COMPRIMENTO 10 M, APLICAÇÃO MONITOR DE VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESOLUÇÃO 1080P, 1080I, 720P, 480 E 480I COMPATÍV E		UN	8	R\$ 66,15	R\$ 529,18
100	390.325	CABO EXTENSOR, TIPO BLINDADO PONTAS DOURADAS, TIPO SAÍDA HDMI MACHO X HDMI MACHO 19 PINOS, COMPRIMENTO 10 M, APLICAÇÃO MONITOR DE VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESOLUÇÃO 1080P, 1080I, 720P, 480 E 480I COMPATÍV E	COM FILTRO DE FERRITE	UN	15	R\$ 74,49	R\$ 1.117,35
101	411.424	CABO EXTENSOR, TIPO BLINDADO PONTAS DOURADAS, TIPO SAÍDA HDMI MACHO X HDMI MACHO, COMPRIMENTO 20 M, APLICAÇÃO MONITOR DE VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM FILTRO NAS DUAS PONTAS, RESOLUÇÃO 1080P, 720P		UN	21	R\$ 151,33	R\$ 3.177,93
102	447.093	CABO EXTENSOR, TIPO BLINDADO REFORÇADO, TIPO SAÍDA HDMI MACHO X HDMI MACHO 19 PINOS, COMPRIMENTO 10 M, APLICAÇÃO PROJETOR MULTIMÍDIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO COM FILTRO, PADRÃO HDMI 2.0, MATERIAL CONDUTOR PINOS BANHADOS	Cabo HDMI 2.0 Ultra HD 4K@50/60. Macho-Macho. tamanho 10 metros.	RO 10.00 M	24	R\$ 79,23	R\$ 1.901,40
103	447.093	CABO EXTENSOR, TIPO BLINDADO REFORÇADO, TIPO SAÍDA HDMI MACHO X HDMI MACHO 19 PINOS, COMPRIMENTO 10 M, APLICAÇÃO PROJETOR MULTIMÍDIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO COM FILTRO, PADRÃO HDMI 2.0, MATERIAL CONDUTOR PINOS BANHADOS	Cabo HDMI 2.0 Ultra HD 4K@50/60. Macho-Macho. tamanho 10 metros.	PC 1.00 UN	12	R\$ 83,30	R\$ 999,60
104	447.093	CABO EXTENSOR, TIPO BLINDADO REFORÇADO, TIPO SAÍDA HDMI MACHO X HDMI MACHO 19 PINOS, COMPRIMENTO 10 M, APLICAÇÃO PROJETOR MULTIMÍDIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO COM FILTRO, PADRÃO HDMI 2.0, MATERIAL CONDUTOR PINOS BANHADOS	Cabo HDMI 2.0 Ultra HD 4K@50/60. Macho-Macho. tamanho 20 metros.	RO 20.00 M	36	R\$ 231,75	R\$ 8.342,91
		CABO EXTENSOR, TIPO BLINDADO REFORÇADO, TIPO SAÍDA HDMI MACHO X HDMI MACHO 19 PINOS, COMPRIMENTO 10 M, APLICAÇÃO					

105	447.093	PROJETOR MULTIMÍDIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO COM FILTRO, PADRÃO HDMI 2.0, MATERIAL CONDUTOR PINOS BANHADOS	Cabo HDMI 2.0 Ultra HD 4K@50/60. Macho-Macho. tamanho 5 metros.	UN	24	R\$ 39,55	R\$ 949,14
106	601.778	CABO EXTENSOR, TIPO EXTENSOR HDMI, TIPO SAÍDA MACHO/MACHO, COMPRIMENTO 5 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS HDMI, 2.0, 19 PINOS, RESOLUÇÃO 4K		UN	27	R\$ 28,62	R\$ 772,61
107	448.723	CABO EXTENSOR, TIPO FLEXÍVEL, TIPO SAÍDA HDMI MACHO X HDMI MACHO 19 PINOS, COMPRIMENTO 15 M, APLICAÇÃO MULTIMÍDIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESOLUÇÃO: 480I, 480P, 720P, 1080I E 1080P	Cabo HDMI 2.0 Ultra HD 4K@50/60. Macho-Macho. tamanho 15 metros.	UN	61	R\$ 142,83	R\$ 8.712,48
108	434.366	CABO EXTENSOR, TIPO SAÍDA HDMI TIPO A MACHO X HDMI TIPO A MACHO, COMPRIMENTO 3 M, APLICAÇÃO ÁUDIO E VÍDEO INCL.DOLBY TRUEHD AND DTS-HD;MASTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SUPORTA QQ RESOLUÇÃO INCL.1080P ATÉ 4K	Cabo HDMI 2.0 Ultra HD 4K@50/60. Macho-Macho. Tamanho 3 metros	RO 3.00 M	24	R\$ 27,20	R\$ 652,74
109	427.776	CIRCUITO INTEGRADO, APLICAÇÃO MONTAGEM CIRCUITO ELETRÔNICO, TIPO MICROCONTROLADOR, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 5 V, REFERÊNCIA 3 RASPBERRY PI	PLACA RASPBERRY PI MODEL B+ BOARD SoC Broadcom BCM2835 - CPU com núcleo ARM1176JZF-S de 700MHz - GPU Broadcom VideoCore IV - 512MB RAM - Saída de vídeo via Composite (PAL e NTSC), HDMI ou Raw LCD (DSI) - Saída de áudio via conector de 3,5mm ou Audio sobre HDMI - Armazenamento: MicroSD - Ethernet 10/100 (RJ45) - Dimensões: 85 x 56 x 17mm - Supports Debian GNU/Linux, Fedora, Arch Linux, RISC OS e mais! Dois reguladores de tensão (step-down) para 3,3V e 1,8V - Tensão de 5V com proteção de polaridade e fusível de 2A - Novo chip controlador USB/Ethernet - 4 portas USB em vez de 2 portas - 40 GPIO em vez de 26. As primeiras 26 portas condizem com as originais - MicroSD card em vez dos SD cards maiores - 4 furos de fixação - Conectores melhores dispostos Periféricos: - 27 x GPIO - UART - I2C bus - SPI bus com 2 chip selects - +3.3V	UN	14	R\$ 530,83	R\$ 7.431,62

			- +5V - GND				
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8542.31.90				
110	331.996	CLIQUE BATERIA, REFERÊNCIA BGE-4	Conector para bateria 9v tipo I - vertical	UN	60	R\$ 3,39	R\$ 203,10
111	605.455	CONVERSOR VÍDEO, SAÍDA VÍDEO HDMI, ENTRADA VÍDEO HDMI, RESOLUÇÃO 1920 X 1080 DPI, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 100/240 V, FREQUÊNCIA ENTRADA 174-230/ 470-862 MHZ, CONECTOR ENTRADA USB/HDMI, CONECTOR SAÍDA USB/HDMI		UN	4	R\$ 52,83	R\$ 211,33
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8522.90.00				
112	404.518	DISCO MAGNÉTICO, MEMÓRIA 240 GB, VELOCIDADE TRANSFERÊNCIA 6.0 GB /S, APLICAÇÃO INFORMÁTICA, TAMANHO 2.5 POL, MODELO SSD, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MEMÓRIA NAND FLASH, TRIM/SMART, WINDOWS XP/VISTA/ 7, INTERFACE SATA III	SSD SATA 240GB - Capacidade: 240GB - Fator de Forma: 2.5" - NAND Flash: 3D NAND - Dimensões: 100.45 x 69.85 x 7 mm - Interface: SATA 6Gb/s - Desempenho Sequencial (máximo): Leituras 520MB/s e Gravações 450MB/s*	UN	40	R\$ 317,52	R\$ 12.700,80
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8471.70.10				
113	384.020	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO, FUNCIONAMENTO TERMOMAGNÉTICO, MODELO CAIXA TERMOPLÁSTICA, NÚMERO PÓLOS 2, OPERAÇÃO MANUAL, TENSÃO MÁXIMA OPERAÇÃO 380/ 600 VCA, CORRENTE NOMINAL 10 A, FREQUÊNCIA NOMINAL 50/60 HZ, NORMAS TÉCNICAS		UN	12	R\$ 45,11	R\$ 541,26
114	416.365	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO, FUNCIONAMENTO TERMOMAGNÉTICO, NÚMERO PÓLOS 2, CORRENTE NOMINAL 32 A, NORMAS TÉCNICAS NBR 5.283/73, CURVA DE DISPARO C, PADRÃO DIN		UN	12	R\$ 40,56	R\$ 486,66
115	416.372	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO, FUNCIONAMENTO TERMOMAGNÉTICO, NÚMERO PÓLOS 2, CORRENTE NOMINAL 70 A, NORMAS TÉCNICAS NBR 5.283/73, CURVA DE DISPARO C, PADRÃO DIN		UN	3	R\$ 75,85	R\$ 227,54

116	234.773	FIO ELETRICO, TIPO RÍGIDO, BITOLA 2,50 MM, COR VERDE		RO 100.00 M	6	R\$ 288,82	R\$ 1.732,92
117	342.495	FIO ELETRICO, TIPO RÍGIDO, BITOLA 4 MM2, COR AMARELA, MATERIAL CONDUTOR COBRE, MATERIAL ISOLAMENTO PVC, TENSÃO 750 V, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO ELÉTRICA		RO 100.00 M	6	R\$ 458,65	R\$ 2.751,92
118	278.403	LÂMPADA HALÓGENA, TENSÃO NOMINAL 15 V, POTÊNCIA NOMINAL 150 W, APLICAÇÃO FONTE DE LUZ EM APARELHO FOTOFORO FIBRA ÓTICA	COMPATÍVEL COM ZEISS KL1500	UN	3	R\$ 113,84	R\$ 341,52
119	603.066	LÂMPADA LED, MODELO LED, TENSÃO NOMINAL BIVOLT, POTÊNCIA NOMINAL 6 W, TIPO BASE GU10, APLICAÇÃO ILUMINAÇÃO, TIPO BULBO MR 16, TEMPERATURA DE COR 3000 K, FORMATO DICRÓICA, VIDA MÉDIA 25.000 H	Lâmpada MR16, formato dicróica, potência nominal 4,5 , 5,0 ou 10w. cor RGB com controle remoto.	UN	5	R\$ 57,28	R\$ 286,41
120	435.468	LÂMPADA LED, TENSÃO NOMINAL BIVOLT 100/240 V, POTÊNCIA NOMINAL 7 W, TIPO BASE E-27, TIPO BULBO PAR-20, TEMPERATURA DE COR MÍN. 3.300 K		UN	7	R\$ 17,06	R\$ 119,39
121	623.309	LÂMPADA LED, TENSÃO NOMINAL BIVOLT V, POTÊNCIA NOMINAL 30 W, TIPO BASE E-27, COR BRANCA, FLUXO LUMINOSO 1200 LM, TIPO BULBO PAR-38		UN	60	R\$ 58,01	R\$ 3.480,75
122	623.310	LÂMPADA LED, TENSÃO NOMINAL BIVOLT V, POTÊNCIA NOMINAL 40 W, COR BRANCA, TEMPERATURA DE COR 6500 K, FORMATO TUBULAR T8, COMPRIMENTO 2.400 MM		UN	60	R\$ 50,37	R\$ 3.022,20
123	432.250	LÂMPADA ULTRAVIOLETA, TIPO BASE G13, POTÊNCIA NOMINAL 30 W, APLICAÇÃO LABORATÓRIO, TIPO BULBO T8	90 cm de comprimento, germicida.	UN	10	R\$ 182,22	R\$ 1.822,23
124	456.716	LÂMPADA ULTRAVIOLETA, TIPO GERMICIDA, TIPO BASE G13, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EMITE RADIAÇÃO UV COM PICO 253,7NM, POTÊNCIA NOMINAL 30 W, COMPRIMENTO NOMINAL 893 MM, DIÂMETRO NOMINAL 25,5 MM, FORMATO TUBULAR, TIPO		UN	8	R\$ 35,80	R\$ 286,40
		LANTERNA ELÉTRICA, MATERIAL PLÁSTICO/BORRACHA, TIPO PORTÁTIL,					

125	482.718	RECARREGÁVEL, APLICAÇÃO DETECÇÃO DE VAZAMENTOS EM SISTEMAS DE AR CONDICION, LUMINOSIDADE 150 LM, TIPO LÂMPADA LED COB ULTRAVIOLETA, ACESSÓRIOS CARREGADOR BIVOLT, CABO		UN	4	R\$ 62,18	R\$ 248,71
126	360.342	LUMINÁRIA, TIPO DE MESA, MATERIAL CORPO METAL DE ALTO RENDIMENTO, MATERIAL REFLETOR PLÁSTICO, FORMATO REDONDO, COR VERDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BRAÇO DE 1 M TRIARTICULADO SOBRE BASE DE METAL, A J	Lâmpada de LED. Temperatura de cor: 3000/4500/6000k. USB.	PC 1.00 UN	18	R\$ 97,56	R\$ 1.756,13
127	465.301	MÓDULO ELETRÔNICO, MODELO PUSH-BUTTON 2 PINOS, USO ARDUÍNO E ROBOTICA, TIPO BOTÃO MICRO CHAVE	Botão Chave Microswitch Push Button - modelo Tátil	UN	206	R\$ 0,87	R\$ 178,71
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8537.10.90				
128	471.258	PENTE DE MEMÓRIA, CAPACIDADE MEMÓRIA 8 GB, TIPO DDR4, VELOCIDADE BARRAMENTO 2.666 MHZ	- DDR4-2666 Notebook - Capacidade: 8GB - 2666Mhz - CL19 - Latência: 19-19-19 1.2V - 260-pin SODIMM	UN	6	R\$ 436,55	R\$ 2.619,32
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8473.50.50				
129	465.169	POTENCIÔMETRO, TIPO LINEAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CHAVE LIGA E DESLIGA, POTÊNCIA NOMINAL 1 KW	"Módulo Potenciômetro Digital 10K - X9C103S Tensão de Alimentação 5V Chip X9C103S Tamanho da placa PCB 2.7 x 1.3cm Potenciômetro de Extensão de 10K"	UN	24	R\$ 28,96	R\$ 694,92
130	624.588	UNIDADE DISCO, TIPO DISCO SSD, CAPACIDADE 500 GB, TAMANHO 22 X 80 MM, APLICAÇÃO MICROCOMPUTADOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FORMATO: M.2 2280, INTERFACE: NVME PCIE 4.0 X 4	NVME 512 GB Descrição: - Capacidade: 512GB - Interface: PCIe Gen3 8Gb/s, Até 4 Pistas Performance: - Leitura Sequencial(MB / s): até 2.400 - Gravação Sequencial(MB / s): até 1,650 - Leitura aleatória de 4K (IOPS): até 250K - Gravação aleatória de 4K (IOPS): até 170K - Resistência (TBW): 60TBW	UN	24	R\$ 822,04	R\$ 19.728,90
MARGEM DE PREFERÊNCIA NCM			8471.70.40				

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS**I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

O objeto da presente contratação é aquisição de materiais Eletroeletrônicos- Parte II (consumo) Processo 23104.007709/2026-11).

II - PARÂMETROS CONSULTADOS

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros previstos na IN Seges/ME nº 65/2021, conforme discriminado na tabela abaixo:

Nº do item (ns)	Parâmetros utilizados	Justificativa para escolha
1 ao 130	- Pesquisa de Preços compras.gov (média ou mediana); - Sites de mídias especializadas. - Pesquisa com fornecedor-para item 43	- conforme inciso I, artigo 5º da IN 65/2021: composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente; - conforme inciso III, artigo 5º da IN 65/2021: dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso. - conforme inciso IV, artigo 5º da IN 65/2021: pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

2.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º da IN Seges/ME nº 65/2021.

2.3. O preço estimado para a contratação tentou considerar o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN Seges/ME nº 65/2021.

III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

Os preços coletados de todas as fontes descritas encontram-se no mapa comparativo (doc. SEI 6405581).

IV - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

Considerando os seguintes parâmetros: Pesquisa de Preços compras.gov (média ou mediana) e consulta em sites de mídias especializadas aplicou-se a média aritmética simples.

4.1. Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados.

4.2. A obtenção do preço estimado deu-se com base na média/mediana aritmética simples dos valores obtidos na:

- Pesquisa de Preços 86/2026 (doc. SEI 6405574) levando-se em conta a composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente, conforme inciso I, artigo 5º da IN 65/2021, e;

- Mídias especializadas, como pode ser observado no documento Pesquisa de Preços sites (6405575), conforme inciso III, artigo 5º, IN 65 /2021.

- Para o item 43 foram utilizados: Pesquisa de Preços compras.gov (média ou mediana), consulta em sites de mídias especializadas e pesquisa com fornecedor para compor o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN Seges/ME nº 65/2021.

Foram analisados os valores conforme a unidade de fornecimento e com especial atenção à descrição complementar cujas solicitações deverão sempre ser múltiplas destes quantitativos, por parte das Unidades Demandantes.

V - MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O preço estimado da contratação é de **R\$ 228.843,81 (Duzentos e vinte e oito mil, oitocentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos)**, conforme memória de cálculo (inciso VII, artigo 3º da IN SEGES/ME nº 65/2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa, conforme as fórmulas que compõem o mapa comparativo (doc. SEI 6405581).

5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN Seges/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

VI - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por Fabiane Melo Carcuchinski Olympio.

Campo Grande-MS, 12 de maio de 2026.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será realizada **por item**, de forma que cada item possa ser adjudicado individualmente. Essa abordagem permite que por item fornecedores distintos concorram e sejam contratados para itens específicos, garantindo maior competitividade, melhores condições de preço e flexibilidade no fornecimento.

Dessa forma, a solução é considerada **parcelada**, atendendo às normas de contratação pública que recomendam a divisão do objeto em parcelas unidades que possam ser executadas de forma independente, sem comprometer a continuidade do fornecimento ou a padronização do produto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Informamos que a presente contratação encontra-se alinhada ao **Plano Anual de Contratações (PCA)** da UFMS, conforme previsão vigente para o período de atendimento da demanda, bem como ao **Plano Diretor de Logística Sustentável da UFMS – PLS 2025–2027**.

A seguir, são apresentadas as informações complementares fornecidas pelas unidades demandantes, indicando o alinhamento específico da aquisição com seus respectivos planejamentos, planos de desenvolvimento e instrumentos estratégicos institucionais.

FAMED

A contratação de materiais eletroeletrônicos para a Faculdade de Medicina está fundamentada na DFD nº 441/2026, contemplando itens destinados ao uso em equipamentos eletrônicos, como controles remotos, ligação de data show e demais equipamentos correlatos. A demanda está alinhada às necessidades operacionais, acadêmicas e administrativas da unidade, garantindo suporte ao funcionamento dos equipamentos utilizados nas atividades institucionais da FAMED.

INFI

A contratação de materiais eletroeletrônicos, chips, placas e circuitos para o Instituto de Física está fundamentada na DFD nº 998/2025, contemplando demandas do Gabinete e Secretaria Administrativa, Casa de Ciência e Cultura, Laboratório Didático, Laboratório Multiusuário de Análises de Materiais e Laboratório de Tecnologias Avançadas em Energia e Sustentabilidade. A aquisição está alinhada às necessidades de manutenção, reposição, desenvolvimento experimental, apoio às práticas de ensino, pesquisa, extensão e atividades de difusão científica realizadas pela unidade.

FAENG

As demandas de materiais de consumo da FAENG estão fundamentadas na DFD nº 255/2025, contemplando as necessidades da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia para o ano de 2026. A contratação está alinhada ao atendimento das atividades dos laboratórios de graduação e pós-graduação, salas de aula, salas administrativas e demais espaços da unidade, contribuindo para a execução de aulas teóricas e práticas, atividades de ensino, pesquisa, extensão e manutenção administrativa.

FAMEZ

A contratação de materiais para a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia está fundamentada na DFD nº 401/2025, referente à aquisição de materiais para 2026. A demanda contempla componentes elétricos e eletrônicos diversos e outras classes de materiais indicadas pela unidade, estando alinhada ao atendimento das demandas anuais da FAMEZ, conforme previsões formalizadas no documento de origem e posterior detalhamento na instrução processual.

FAODO

A contratação de materiais eletroeletrônicos para a Faculdade de Odontologia está fundamentada na DFD nº 424/2026, contemplando materiais elétricos e eletrônicos destinados às atividades administrativas, de manutenção predial e clínicas da unidade. A demanda está alinhada às necessidades de funcionamento de equipamentos, maquinários, ferramentas elétricas e acionamento de torneiras com os pés, atendendo às atividades de ensino, pesquisa e extensão e às normas de biossegurança aplicáveis.

CPCS

A contratação de materiais eletroeletrônicos para o Campus de Chapadão do Sul está fundamentada na DFD nº 18/2026, contemplando itens necessários à realização de pequenos reparos na unidade. A demanda está alinhada à necessidade de manutenção da continuidade dos serviços institucionais, permitindo que problemas simples sejam solucionados com materiais adequados e evitando prejuízos à Administração Pública.

PROGEP

A contratação de materiais eletroeletrônicos para a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas está fundamentada na DFD nº 268/2026, contemplando itens necessários ao atendimento das demandas administrativas da unidade. A aquisição está alinhada ao funcionamento dos diversos setores da PROGEP, considerando a necessidade de suporte a servidores, secretarias e equipamentos utilizados no desenvolvimento das atividades institucionais da Pró-Reitoria.

PROECE

A contratação de materiais eletroeletrônicos para a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte está fundamentada na DFD nº 270/2026, contemplando a necessidade de utilização de equipamentos e ferramentas eletroeletrônicas para a adequada realização dos eventos institucionais promovidos pela universidade. A demanda está alinhada às ações de esporte, cultura e extensão, incluindo eventos como Show de Verão, refeições de grau, Arraiá, Integra, Festival Mais Cultura, Mais Esporte e Volta UFMS, garantindo suporte tecnológico à comunicação, logística, operacionalização e integração das atividades.

CPTL

A contratação de materiais de informática e suprimentos para o Campus de Três Lagoas está fundamentada na DFD nº 425/2026, contemplando a modernização, proteção elétrica e melhoria do desempenho de computadores utilizados no processamento de dados laboratoriais. A demanda está alinhada às atividades de ensino, pesquisa, extensão e suporte técnico do Laboratório de Genética e Biologia Molecular, contribuindo para o processamento, armazenamento e interpretação de dados laboratoriais.

AGINOVA

A contratação de material de consumo eletroeletrônico para a Agência de Inovação está fundamentada na DFD nº 440/2026, contemplando demandas relacionadas à realização de reuniões, eventos institucionais, ações de divulgação e apoio às atividades de inovação ao longo de 2026. A aquisição está alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI 2025–2030, especialmente quanto ao fortalecimento das ações de inovação, comunicação institucional e integração com a comunidade acadêmica e externa.

FACFAN

A contratação de material eletroeletrônico para a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição está fundamentada na DFD nº 451/2026, vinculada à Pesquisa de Previsão nº 1612 — Aquisição de Material Eletroeletrônico — Parte II para a FACFAN. A demanda contempla conjuntos elétricos e eletrônicos, placas, cartões e itens correlatos, estando alinhada à previsão formal apresentada pela unidade para atendimento de suas necessidades institucionais.

INQUI

A contratação de material eletroeletrônico para o Instituto de Química está fundamentada na DFD nº 161/2026, contemplando materiais destinados aos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão. A demanda está alinhada às atividades práticas pedagógicas fundamentais à formação acadêmica dos alunos atendidos nas diversas disciplinas ofertadas pelo Instituto de Química da UFMS, contribuindo para o desenvolvimento e a socialização do conhecimento.

PROPP / Biotério Central

A contratação de materiais eletroeletrônicos para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, com atendimento ao Biotério Central, está fundamentada na DFD nº 456/2026. A aquisição está alinhada às necessidades do setor responsável pela criação e fornecimento de animais de laboratório utilizados nas pesquisas da Universidade, contemplando a área administrativa, áreas de criação e experimentação, laboratórios, aulas e visitas técnicas.

INBIO

As demandas de materiais de consumo para o Instituto de Biociências estão fundamentadas na DFD nº 355/2025, contemplando materiais básicos necessários ao funcionamento dos laboratórios e à continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na unidade. A contratação está alinhada às necessidades dos setores laboratoriais e acadêmicos do INBIO, assegurando suporte às atividades institucionais informadas no documento de origem.

CPAQ

A contratação de materiais eletroeletrônicos para o Campus de Aquidauana está fundamentada na DFD nº 256/2026, contemplando materiais de consumo destinados às demandas de manutenção da rede e de computadores administrativos e laboratoriais. A aquisição está alinhada às necessidades institucionais do campus, incluindo apoio a eventos, ações de ensino, pesquisa, extensão e demandas administrativas.

FACOM

A contratação de material de consumo, componentes eletrônicos, para a Faculdade de Computação está fundamentada na DFD nº 481/2026, referente à aquisição de itens para atendimento da FACOM em 2026, no âmbito do Processo nº 23104.007709/2026-11 — Aquisição de Material Eletroeletrônico — Parte II. A demanda contempla itens de consumo destinados aos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão da unidade, estando alinhada à manutenção das atividades acadêmicas, ao desenvolvimento de projetos, à realização de experimentos e ao fortalecimento das ações institucionais da Faculdade de Computação.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Conforme consta nos documentos de formalização de demanda, os resultados pretendidos com a aquisição dos materiais objeto destalicitação visam garantir a continuidade e a qualidade das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A seguir, detalham-se os benefícios específicos e os resultados esperados apontados pelas respectivas unidades demandantes:

COAD/FAMED

Com a contratação, espera-se garantir o adequado funcionamento dos equipamentos eletrônicos utilizados pela Faculdade de Medicina, especialmente controles remotos, data show, projetores multimídia e demais equipamentos correlatos. A aquisição permitirá atender às demandas dos laboratórios e programas de pós-graduação, favorecendo a continuidade das atividades acadêmicas, administrativas e laboratoriais previstas pela unidade, com maior segurança operacional e disponibilidade dos materiais necessários ao suporte das rotinas institucionais.

INFI

A contratação permitirá ao Instituto de Física atender às demandas de seus setores administrativos, laboratórios didáticos, espaços de difusão científica e laboratórios de pesquisa, garantindo suporte à reposição de baterias de nobreak, pilhas, componentes eletrônicos, materiais de manutenção, controle de acesso e desenvolvimento de montagens experimentais. Como benefício, espera-se maior continuidade das práticas de ensino, pesquisa, extensão, divulgação científica e manutenção dos equipamentos utilizados nas rotinas do Instituto.

FAENG

A aquisição dos materiais beneficiará a FAENG ao assegurar suporte às atividades desenvolvidas em laboratórios de graduação e pós-graduação, salas de aula, salas administrativas, salas de professores e demais ambientes da unidade. A contratação contribuirá para a execução de aulas teóricas e práticas, atividades de ensino, pesquisa, extensão, projetos acadêmicos e ações de manutenção administrativa, favorecendo o funcionamento regular da estrutura acadêmica e operacional da Faculdade.

FAMEZ

A contratação permitirá à FAMEZ atender suas demandas anuais relacionadas a componentes elétricos e eletrônicos diversos e demais classes de materiais previstas no DFD, contribuindo para o suporte às atividades acadêmicas, laboratoriais, administrativas e veterinárias da unidade. O benefício esperado consiste na disponibilidade de materiais necessários ao funcionamento dos setores e atividades da Faculdade, conforme as previsões formalizadas pela unidade para o exercício de 2026.

FAODO

A contratação trará como benefício o atendimento das atividades administrativas, de manutenção predial e clínicas da Faculdade de Odontologia, por meio do fornecimento de materiais elétricos e eletrônicos necessários ao funcionamento de equipamentos, maquinários, ferramentas elétricas e sistemas de acionamento de torneiras com os pés. A aquisição também contribuirá para o suporte aos projetos de ensino, pesquisa e extensão, além de favorecer o atendimento às normas de biossegurança aplicáveis às rotinas clínicas da unidade.

CPCS

A contratação permitirá ao Campus de Chapadão do Sul dispor de materiais eletroeletrônicos adequados à realização de pequenos reparos na unidade. O benefício esperado é a solução mais ágil de problemas simples de manutenção, reduzindo riscos de interrupção dos serviços, evitando prejuízos à Administração Pública e contribuindo para a continuidade das atividades institucionais do campus.

PROGEP

A aquisição dos materiais beneficiará a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas ao garantir suporte às atividades administrativas desenvolvidas por seus diversos setores, secretarias e servidores. A disponibilidade de adaptadores de tomada, filtros de linha e componentes elétricos e eletrônicos permitirá melhores condições de funcionamento dos equipamentos institucionais, contribuindo para a organização, segurança e continuidade das rotinas administrativas da unidade.

PROECE

A contratação proporcionará suporte tecnológico à realização dos eventos institucionais promovidos pela universidade, especialmente aqueles vinculados ao esporte, à cultura e à extensão. Os benefícios esperados incluem melhoria da comunicação, logística, operacionalização e integração das atividades em diferentes espaços físicos da Cidade Universitária, favorecendo a execução de eventos como Show de Verão, colações de grau, Arraiá, Integra, Festival Mais Cultura, Mais Esporte e Volta UFMS.

CPTL

A contratação beneficiará o Campus de Três Lagoas ao possibilitar a modernização, manutenção, proteção elétrica e melhoria do desempenho dos computadores utilizados no processamento de dados laboratoriais do Laboratório de Genética e Biologia Molecular. Espera-se maior velocidade no processamento e armazenamento de dados, melhor desempenho de softwares utilizados nas análises laboratoriais, proteção dos equipamentos contra oscilações elétricas e maior continuidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e suporte técnico.

AGINOVA

A contratação permitirá à Agência de Inovação melhorar o suporte às reuniões, eventos institucionais, ações de divulgação e atividades de inovação realizadas ao longo de 2026. A aquisição da bateria recarregável compatível com câmera digital Canon favorecerá o registro audiovisual das atividades, enquanto os cabos HDMI permitirão a apresentação de conteúdos em projetores e monitores, fortalecendo a comunicação institucional, a inovação e a integração com a comunidade acadêmica e externa.

FACFAN

A contratação beneficiará a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição ao viabilizar a aquisição de material eletroeletrônico previsto na Pesquisa de Previsão nº 1612, referente à Parte II. Como o DFD apresenta a demanda vinculada à classe de conjuntos elétricos e eletrônicos, placas, cartões e itens correlatos, o benefício esperado é o atendimento da necessidade institucional formalizada pela unidade, conforme detalhamento a ser consolidado no Termo de Referência.

INQUI

A contratação permitirá ao Instituto de Química dispor de materiais eletroeletrônicos necessários ao funcionamento dos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão. O benefício esperado é o suporte às atividades práticas pedagógicas fundamentais à formação acadêmica dos estudantes, contribuindo para a continuidade das disciplinas ofertadas pelo Instituto e para o desenvolvimento e socialização do conhecimento no âmbito da unidade.

A contratação beneficiará o Biotério Central ao garantir materiais eletroeletrônicos necessários ao funcionamento da área administrativa, áreas de criação e experimentação, laboratórios, aulas e visitas técnicas. Considerando que o setor é responsável pela criação e fornecimento de animais de laboratório utilizados nas pesquisas da Universidade, a aquisição contribuirá para a continuidade das atividades de apoio à pesquisa, ensino e funcionamento técnico-operacional do setor.

INBIO

A contratação permitirá ao Instituto de Biociências manter o funcionamento de seus laboratórios e a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na unidade. Os benefícios esperados incluem a disponibilidade de materiais básicos necessários às rotinas laboratoriais, ao preparo de amostras, às aulas práticas, às análises, aos projetos de pesquisa e extensão e às demais atividades indicadas pelos setores demandantes no DFD.

CPAQ

A contratação beneficiará o Campus de Aquidauana ao assegurar materiais eletroeletrônicos de consumo necessários à manutenção da rede, dos computadores administrativos e laboratoriais, bem como ao apoio de eventos, ações de ensino, pesquisa, extensão e demandas administrativas. O fornecimento dos itens contribuirá para a continuidade das atividades institucionais do campus, garantindo melhores condições de funcionamento dos equipamentos e suporte às rotinas acadêmicas e administrativas.

FACOM

Com a contratação, espera-se garantir à FACOM a disponibilidade dos materiais de consumo necessários ao funcionamento dos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão, favorecendo a continuidade das atividades acadêmicas e experimentais. A aquisição permitirá a realização de práticas eletrônicas, experimentos, projetos e ações que aproximam teoria e prática, contribuindo para uma formação mais completa dos estudantes e para o fortalecimento das atividades de pesquisa e extensão da unidade. Também se espera assegurar a reposição e atualização dos insumos laboratoriais, evitando prejuízos ao desenvolvimento das atividades institucionais.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbram providências prévias a serem adotadas pela Administração, sendo a fiscalização e gestão contratual exercida por servidores a serem nomeados posteriormente em caso de contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não vislumbram impactos ambientais expressivos para a contratação tratada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante da necessidade apresentada, conclui-se pela viabilidade da contratação para aquisição de materiais eletroeletrônicos, uma vez que a solução atende ao interesse público, apresenta disponibilidade no mercado, possui natureza comum e contribui para a continuidade das atividades institucionais. A contratação mostra-se adequada, necessária e vantajosa para a Administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA PAULA RIBEIRO GONDIM DE ARRUDA

Secretária- SEPLAC/DICOM/PROADI



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 11:51:09.

FABIANE MELO CARCUCHINSKI OLYMPIO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 15:16:17.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 23104.007709/2026-11

ANEXO III: IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE E MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO DADOS A SEREM PREENCHIDOS PELA LICITANTE			
01 – RAZÃO SOCIAL:			
02 – FANTASIA:	CNPJ:		
03 – ENDEREÇO:	BAIRRO:		
04 – CIDADE:	UF:	CEP:	
05 – FONE: ()	FAX: ()		
06 – E-MAIL:	SITE:		
07 – NOME DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA EMPRESA:			
08 – NOME DA PESSOA PARA CONTATO E/OU REPRESENTANTE NESTA PRAÇA:			

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026 - BENS E MATERIAIS

(Deverá constar na proposta a descrição completa, marca e garantia, por item).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01		Unidade			
02					
...					

Valor da proposta R\$: _____ (em valores numéricos e por extenso).

Na proposta de preço estão inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, transportes, garantia, e seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento.

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS PARA PAGAMENTO	
Banco (Nome e Número):	
Agência:	
Conta:	

Local e Data

Carimbo / Assinatura do Licitante

Campo Grande, 02 de junho de 2026

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Iasmin Araujo Pereira, Assistente em Administração**, em 03/06/2026, às 13:32, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6447753** e o código CRC **D016FF5E**.

SECRETARIA DE LICITAÇÕES

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.007709/2026-11

SEI nº 6447753



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº 23104.007709/2026-11

ANEXO IV - ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ - MINUTA

A FUNDÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, com sede na Av. Costa e Silva, s/nº, na cidade de Campo Grande – MS, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.461.510/0001-33, neste ato representada pelo seu Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura, Hercules da Costa Sandim, nomeado pela Portaria nº 1.352 de 27 de outubro de 2024, publicada no Boletim de Serviço de 28 de outubro de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 172****, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90.012/2026, publicada no de/...../2026, processo administrativo nº 23104.007709/2026-11, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de Licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de Materiais Eletroeletrônicos- Parte II, especificado(s) no(s) item(ns) *1.1* do Termo de Referência, Anexo *I do Edital de Pregão nº 90.012/2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)								
Item do TR	Especificação	Marca (<i>se exigida no edital</i>)	Modelo (<i>se exigido no edital</i>)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a *Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul*.

3.2. *Além do gerenciador, não há ~~fou~~são* órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (*item obrigatório*)**

4.1. ~~Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.~~

OU

4.2. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.2.1. *O pedido de autorização para adesão a Ata de Registro de Preços ao órgão gestor devem ser encaminhados exclusivamente pela funcionalidade de Gestão de Ata de Registro de Preços do Compras.gov.br.*

4.2.2. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.2.3. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.2.4. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.3. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.3.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3.1.1. *A unidade gestora da Ata de Registro de preços responderá ao pedido de adesão em até 5 (cinco) dias úteis após a ciência do pedido enviado pela UASG requerente.*

4.4. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.5. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.6. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.7. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.8. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador*

e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. ~~*Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*~~

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, *podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, ~~*poderá OU [não poderá]*~~ ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no [edital](#); e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no [edital de licitação](#), sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no [edital](#), observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do [edital](#), poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no *edital* de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *anexo ao edital*.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em *via digital*, que, depois de lida e achada em ordem, vai *assinada eletronicamente* pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Campo Grande, MS.

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Minuta elaborada pelo servidor(a) elaborador(a), de acordo com o modelo da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União.

Atualização: NOV/2025.

Ata de Registro de Preços - Lei n.º 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

APÊNDICE 1 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)								
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)								
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Campo Grande, 02 de junho de 2026

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Iasmin Araujo Pereira, Assistente em Administração**, em 03/06/2026, às 13:41, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6447766** e o código CRC **1DF99F97**.

SECRETARIA DE LICITAÇÕES

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.007709/2026-11

SEI nº 6447766